cesce
Seguros do seu sucesso

CESCEBRASIL Seguros de Garantias e Crédito S.A.

CNPJ/MF nº 29.959.459/0001-07

Na Cesce não **vendemos apenas seguros de crédito. Também damos segurança** à sua empresa.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2025 E DE 2024 *(EM MILHARES DE REAIS, EXCETO LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO POR AÇÕES)*

Relatório da Administração: Senhores Acionistas, Em cumprimento às disposições legais e societárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras individuais da CESCEBRASIL Seguros de Garantias e Crédito S.A. relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaborada na forma da legislação societária brasileira e das normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), acompanhadas das respectivas notas explicativas, do relatório dos auditores independentes e do parecer dos auditores atuariais independentes. **Mensagem da Administração:** A CESCEBRASIL busca consolidar-se como a principal referência no mercado de seguros de Garantias, Crédito Interno e Crédito à Exportação. Em um cenário de expressivo potencial de crescimento, especialmente no segmento de Seguro de Crédito, a Seguradora segue inovando, oferecendo produtos diferenciados que também são comercializados nos mercados europeu e latino-americano, os quais têm despertado crescente interesse por parte de empresas brasileiras e corretores. Diante da instabilidade dos últimos anos, o seguro de crédito ganhou relevância, tornando-se uma ferramenta essencial na gestão e cobertura dos riscos de crédito, contribuindo para a mitigação de desequilíbrios resultantes da crise. O ano de 2025 registrou o maior volume de prêmios emitidos, atingindo R$ 98,7 milhões, refletindo a melhoria no desempenho operacional, mesmo frente a diversos desafios, como fenômenos adversos, instabilidades políticas em diversos países, processos de recuperação judicial de grandes empresas e a forte concorrência. A sinistralidade no ano foi impactada por eventos significativos no setor agropecuário, porém a CESCEBRASIL conseguiu manter seus índices de sinistralidade em níveis controlados, evidenciando sua robusta gestão de riscos. A CESCEBRASIL segue mantendo suas atividades presenciais, reconhecendo a importância da interação direta entre os membros da equipe, mas sem abrir mão da flexibilidade proporcionada pelo modelo de home office parcial. As plataformas digitais continuam sendo utilizadas de maneira estratégica e eficiente, garantindo a continuidade dos processos e a integração da equipe, independentemente do local de trabalho. **Cenário econômico e operacional:** O exercício de 2025 foi marcado por um ambiente econômico ainda desafiador, embora com sinais de melhora em relação a 2024, especialmente no que se refere ao comportamento da inflação. No Brasil, os impactos econômicos e sociais decorrentes das enchentes ocorridas no Rio Grande do Sul em 2024 continuaram a influenciar a atividade econômica ao longo de 2025, refletindo-se no processo de recuperação da infraestrutura regional e em determinados segmentos produtivos. No cenário internacional, a persistência do conflito entre Rússia e Ucrânia manteve-se como fator de pressão sobre as cadeias produtivas globais, em especial nos setores de energia e alimentos, ainda que com menor intensidade quando comparada ao exercício anterior. Adicionalmente, as tensões geopolíticas no Oriente Médio, notadamente o conflito entre Israel e o Hamas, continuaram a gerar volatilidade nos mercados internacionais e a elevar o nível de incerteza econômica. Adicionalmente, em 2025, a imposição de sobretaxas pelos Estados Unidos sobre determinados produtos de origem brasileira, que atingiram patamares de até 50% em alguns setores, representou um fator adicional de pressão sobre o comércio exterior. As medidas afetaram principalmente segmentos da indústria de transformação, com destaque para produtos siderúrgicos (aço e alumínio), bens industriais de maior valor agregado e determinados produtos do agronegócio. No âmbito do setor segurador, tais restrições comerciais impactaram de forma mais direta o ramo de Seguro de Crédito, em razão do aumento do nível de risco associado às empresas exportadoras e aos seus compradores. Esse contexto demandou maior seletividade na concessão e manutenção de limites de crédito, revisão contínua das exposições e ajustes nos critérios de subscrição e precificação, de forma a refletir adequadamente o novo perfil de risco das operações. Esses eventos adversos, em conjunto com o ambiente de alta inflação e juros elevados, contribuíram para um cenário de grande instabilidade econômica no Brasil. A taxa de juros Selic, por exemplo, encerrou 2025 em 15,0% ao ano, representando um esforço do Comitê de Política Monetária (Copom) para controlar a inflação, mas com sinais de que o ciclo de aumentos poderá encerrar em 2026. Esse alto patamar de juros impactou diretamente o custo do crédito e a rentabilidade de diversos setores, colocando pressão adicional sobre as empresas e os consumidores brasileiros. Em relação à inflação, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) encerrou o exercício de 2025 em 4,26%, apresentando desaceleração em comparação aos 4,83% registrados em 2024, quando o índice havia superado ligeiramente a meta inflacionária estabelecida pelo governo. A desaceleração inflacionária observada em 2025 contribuiu para um ambiente econômico relativamente mais favorável, com menor pressão sobre o poder de compra das famílias quando comparado ao exercício anterior. Ainda assim, o contexto macroeconômico e geopolítico permaneceu marcado por riscos e incertezas, exigindo do setor segurador, em especial no ramo de Seguro de Crédito, uma atuação pautada por gestão prudente de riscos, disciplina de subscrição e monitoramento contínuo da qualidade da carteira. **Desempenho financeiro e operacional:** No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, a Seguradora alcançou uma receita de Prêmios Emitidos de R$ 98,7 milhões, representando um crescimento de 5,0% em relação aos R$ 94,0 milhões registrados em 2024. Este desempenho foi impulsionado, principalmente, pelo ramo de Crédito Interno, que apresentou um expressivo aumento de 39,4% em comparação ao ano anterior. Os Prêmios Ganhos, brutos de resseguro, somaram R$ 83,5 milhões, registrando um aumento de 20,3% em relação ao exercício anterior. A sinistralidade atingiu 37,1%, o que representa uma redução de 12,2 pontos percentuais em relação ao ano anterior. O índice de comissionamento foi de 14,1%, ligeiramente abaixo (0,1 ponto percentual) ao registrado em 2024. Em função desses resultados, a Seguradora encerrou o exercício de 2025 com um lucro líquido de R$ 966 mil, demonstrando uma melhora significativa em comparação ao prejuízo de R$ 1.455 mil registrado em 2024. Os investimentos foram realizados conforme a política de investimentos aprovada pelo Conselho de Administração e pela matriz espanhola, garantindo que a capacidade financeira da empresa esteja em conformidade com as normas legais e regulamentares estabelecidas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). A constante evolução na estrutura de auditoria interna, controles internos e procedimentos de compliance tem sido crucial para garantir a eficácia e eficiência dos nossos processos operacionais. **Perspectivas:** A nossa estratégia de negócios baseia-se na oferta de soluções de seguros às empresas, visando mitigar os riscos de inadimplência nas vendas de seus produtos e na prestação de serviços, tanto no mercado interno quanto externo, além de garantir o cumprimento das obrigações contratuais. Os nichos em que atuamos são identificados a partir de uma análise criteriosa de segmentação e diferenciação. A Seguradora acredita que o mercado de Seguro de Crédito ainda apresenta um potencial de crescimento significativo, considerando a baixa taxa de penetração deste produto em comparação ao número de empresas no Brasil, bem como em relação a mercados internacionais onde este tipo de seguro já está mais consolidado, como no mercado europeu. Apesar do cenário econômico desafiador, entendemos que o seguro de crédito é uma ferramenta valiosa na gestão de carteiras de crédito das empresas, o que nos leva a acreditar que há um vasto mercado a ser explorado. **Política de Equidade e Diversidade:** O Código de Ética e as políticas internas da Companhia estabelecem diretrizes e práticas fundamentadas na promoção de ambientes igualitários e saudáveis, livres de discriminação, oferecendo oportunidades equânimes de desenvolvimento pessoal e profissional. Tais normas, em observância ao disposto no § 6º do art. 133 da Lei nº 6.404/76 (conforme redação da Lei nº 15.177/2025), visam assegurar a igualdade real e efetiva e o compromisso com a manutenção de um ambiente de trabalho inclusivo, repudiando qualquer comportamento discriminatório baseado em gênero, orientação sexual, origem ou religião. Estas políticas contemplam diretrizes objetivas aplicadas aos processos de recrutamento e seleção, que são conduzidos de forma aberta e transparente, bem como aos planos de desenvolvimento profissional, promoção e remuneração, garantindo que as decisões não façam distinção de gênero. O cumprimento dessas diretrizes, integradas ao Plano de Igualdade da Companhia, é periodicamente monitorado pela Auditoria Interna e pelo Comitê de Conformidade, visando identificar riscos de descumprimento e fortalecer a participação feminina e a diversidade em todos os níveis da organização.

Participação feminina no quadro de colaboradores	Em 31 de dezembro de 2025			Em 31 de dezembro de 2024		
	Homens	Mulheres	% Mulheres	Homens	Mulheres	% Mulheres
Diretoria	1	2	67%	1	2	67%
Superintendência	1	1	50%	2	1	33%
Gerência	4	5	56%	3	4	57%
Coordenação	2	2	50%	2	2	50%
Analista e estagiário	5	8	62%	5	9	64%
Total	13	18	58%	13	18	58%

Proporção da remuneração média paga entre gêneros por nível hierárquico (*)	2025	2024
Diretoria	0,99	1,09
Superintendência	1,06	0,96
Gerência	1,05	1,12
Coordenação	1,04	1,12
Analistas e estagiário	1,09	1,14

(*) Calculada considerando a Remuneração Fixa e Variável Total, paga, da média das mulheres dividida pela média dos homens. Em atendimento ao § 6º do art. 133 da Lei nº 6.404/1976, incluído pela Lei nº 14.611/2023, a Seguradora divulga informações relativas à composição de gênero e à proporcionalidade da remuneração entre mulheres e homens. Em determinados níveis hierárquicos, a estrutura organizacional da Seguradora contempla apenas uma pessoa de determinado gênero, de modo que a divulgação de valores médios ou medianos de remuneração, segregados por gênero, corresponderia, na prática, à divulgação da remuneração individual, dessa forma, a Seguradora, em observância aos princípios da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), optou por não divulgar informações remuneratórias individualizáveis, mantendo a divulgação de dados agregados suficientes ao atendimento da obrigação legal. A proporção de remuneração apresentada reflete a composição do quadro por nível hierárquico, que varia entre áreas. Assim as diferenças apresentadas refletem fatores como tempo de casa, experiência profissional e responsabilidades atribuídas a cada função, não havendo distinção de critérios remuneratórios em razão de gênero. A Seguradora mantém o compromisso de ampliar a diversidade de gênero em seus órgãos de administração, respeitados os critérios técnicos e de governança aplicáveis. A Seguradora possui Conselho de Administração composto por 4 pessoas, todos do gênero masculino, sendo que 3 recebem remuneração eventual quando da participação em reuniões durante o ano, sendo a média de remuneração eventual anual de R$74 mil em 2025 (R$ 71 mil em 2024). **Declaração de Capacidade Financeira:** Em cumprimento à Circular SUSEP nº 648, de 12 de novembro de 2021, informamos que a avaliação e o registro contábil de títulos e valores mobiliários são realizados com base na análise e no gerenciamento dos vencimentos dos ativos e passivos relacionados às atividades de seguros. Os títulos da Seguradora, em 31 de dezembro de 2025, estavam 100% classificados na categoria "Valor justo por meio do resultado VJR". **Governança Corporativa:** A governança da Seguradora é conduzida pelo Conselho de Administração, que representa os controladores e estabelece as diretrizes estratégicas para as áreas comercial, operacional e corporativa da CESCEBRASIL, as quais são implementadas pela Diretoria local. Este modelo de governança assegura uma gestão participativa e colaborativa entre a Diretoria, o Conselho e os respectivos gestores. O estatuto social da Seguradora garante aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido de cada exercício, conforme o artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações. Antes da destinação dos dividendos, são deduzidos os prejuízos acumulados e a provisão para o Imposto de Renda e a Contribuição Social. Os honorários de auditoria externa são divulgados anualmente nas informações financeiras do controlador final, a Compañía Española de Seguros de Crédito a La Exportación, S.A., localizada na Espanha. Na Assembleia Geral Ordinária realizada em 31 de março de 2025, foi aprovada a destinação do resultado do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024 a Prejuízos Acumulados. **Agradecimentos:** A CESCEBRASIL Seguros de Garantias e Crédito S.A. expressa sua sincera gratidão a seus acionistas, segurados, corretores, resseguradores e demais parceiros de negócios, assim como à Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), pela confiança e apoio contínuos à empresa. Agradecemos também aos nossos profissionais e colaboradores pela dedicação e excelência na prestação de serviços.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2026

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Ativo	Nota explicativa	31/12/2025	31/12/2024
Circulante		**167.673**	**153.503**
Disponível	5	2.825	1.772
Caixa e bancos		2.825	1.772
Aplicações	6	42.628	40.739
Créditos das operações com seguros e resseguros		65.368	53.075
Prêmios a receber	7.1	56.499	44.244
Operações com seguradoras	7.1	21	1.192
Operações com resseguradoras	7.2	8.848	7.639
Outros créditos operacionais		511	216
Ativos de resseguro e retrocessão	8 e 15	44.725	47.704
Títulos e créditos a receber	9	2.842	2.831
Títulos e créditos a receber	21	1.864	1.812
Créditos tributários e previdenciários		601	935
Depósitos Judiciais e Fiscais		141	–
Outros créditos		236	84
Despesas antecipadas		19	–
Custos de aquisição diferidos	10	8.755	7.166
Seguros		8.755	7.166
Não circulante		**70.086**	**70.181**
Realizável a longo prazo		**65.701**	**65.553**
Créditos das operações com seguros e resseguros		22.618	26.079
Prêmios a receber	7.1	22.618	26.079
Ativos de resseguro e retrocessão	8 e 15	32.516	29.704
Outros valores e bens		737	924
Outros valores	17	737	924
Empréstimos e depósitos compulsórios		142	135
Depósitos caução de aluguel		142	135
Custos de aquisição diferidos	10	9.688	8.711
Seguros		9.688	8.711
Investimentos	11	3.333	3.333
Participações societárias		3.333	3.333
Imobilizado		1.052	1.295
Bens móveis		564	668
Outras imobilizações		488	627
Total do ativo		**237.759**	**223.684**

Passivo	Nota explicativa	31/12/2025	31/12/2024
Circulante		**131.080**	**120.821**
Contas a pagar	12	5.395	4.836
Obrigações a pagar		3.295	3.117
Impostos e encargos sociais a recolher		1.363	950
Encargos trabalhistas		669	611
Impostos e contribuições		68	158
Débitos das operações com seguros e resseguros		46.666	40.096
Prêmios a restituir		–	3
Operações com seguradoras		1.180	1.136
Operações com resseguradoras	13	37.901	33.265
Corretores de seguros e resseguros		7.508	5.689
Outros débitos operacionais		77	3
Depósito de terceiros	14	2.517	231
Provisões técnicas - seguros	15	76.288	75.109
Danos		76.288	75.109
Outros débitos		214	549
Provisões cíveis	16	–	351
Débitos Diversos	17	214	198
Não circulante		**75.150**	**72.300**
Contas a pagar	12	3.840	3.281
Obrigações a pagar		3.840	3.281
Débitos das operações com seguros e resseguros		18.621	21.359
Operações com resseguradoras	13	14.671	16.877
Corretores de seguros e resseguros		3.950	4.482
Provisões técnicas - seguros	15	52.071	46.820
Danos		52.071	46.820
Outros débitos		618	840
Débitos Diversos	17	618	810
Outras provisões		–	30
Patrimônio Líquido	18	**31.529**	**30.563**
Capital social		80.236	80.236
Prejuízos acumulados		(48.707)	(49.673)
Total do passivo e patrimônio líquido		**237.759**	**223.684**

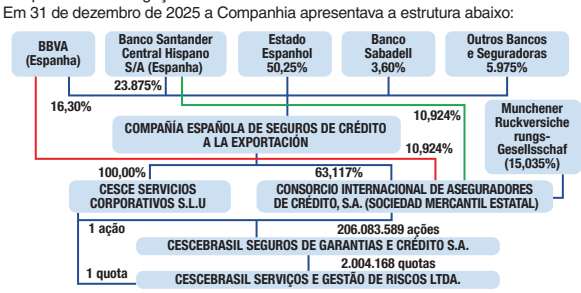
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Descrição	Capital Social	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 1º de janeiro de 2024	**80.236**	**(48.218)**	**32.018**
Prejuízo do exercício	–	(1.455)	(1.455)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**80.236**	**(49.673)**	**30.563**
Lucro líquido do exercício	–	966	966
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**80.236**	**(48.707)**	**31.529**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

1. Contexto operacional: A CESCEBRASIL Seguros de Garantias e Crédito S.A. ("Companhia" ou "Seguradora") é uma Seguradora de capital fechado, controlada pelo Consórcio Internacional de Aseguradores de Credito S.A. - CIAC (sediado em Madri, Espanha, autorizada a atuar nos ramos de seguro de garantias, crédito interno e seguros de crédito à exportação, em todo território nacional, operando nos principais centros econômicos do País e está sediada na Alameda Santos, 787, conjunto 92, Cerqueira César, São Paulo - SP. A Compañía Española de Seguros de Crédito a la Exportación ("Grupo CESCE") participa com 63,12% no capital do CIAC, é especializado na gestão integrada de risco comercial e seu principal acionista é o Estado Espanhol (com participação de 50,25%), tendo ainda participação acionária dos principais bancos e empresas Seguradoras da Espanha. O seu objeto social é prover seguro às empresas contra os riscos de falta de pagamento decorrentes das vendas dos seus produtos e da prestação de serviços, tanto no mercado interno como no externo, além de garantias de cumprimento de obrigações contratuais.

Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia apresentava a estrutura abaixo:



A Seguradora tem por objeto social operar com seguros de danos em todo território nacional, sobretudo no grupo de ramos de Riscos Financeiros: • Crédito Interno; • Crédito à Exportação; • Garantia Segurado - Setor Público; e • Garantia Segurado - Setor Privado. A Seguradora está exposta a riscos que são provenientes de suas operações e que podem afetar seus objetivos estratégicos e financeiros que estão divulgadas na Nota Explicativa nº 4. A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras individuais, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foi dada pela Diretoria em 25 de fevereiro de 2026. **2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras individuais: 2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras individuais compreendem os balanços patrimoniais, a demonstração de resultado, a demonstração das mutações do patrimônio líquido, a demonstração do resultado abrangente e a demonstração dos fluxos de caixa da Seguradora, conforme legislação em vigor. As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas conforme os dispositivos da Circular SUSEP nº 648/2021 e alterações posteriores, os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando aprovadas pela SUSEP, e normas do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), doravante "Práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela SUSEP". A Seguradora efetuou a segregação de itens patrimoniais, mantendo em ativo ou passivo circulante quando estes atendem às seguintes premissas: • Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da Seguradora (12 meses); • Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado; • Espera-se que seja realizado até doze meses após a data do balanço; ou • É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no CPC 3 - Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos doze meses após a data do balanço. **2.2. Comparabilidade:** As demonstrações financeiras individuais estão apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidas pela Circular SUSEP nº 648/2021, seguindo os critérios de comparabilidade estabelecidos pelo Pronunciamento "CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis". **2.3. Base para mensuração, apresentação e moeda funcional:** As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e provisões técnicas, mensuradas de acordo com as determinações da SUSEP e CNSP. As demonstrações financeiras individuais estão sendo apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da Seguradora. Exceto quando indicado, as informações estão expressas em milhares de reais (R$000) e arredondadas para o milhar mais próximo. As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira na data de apresentação são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor apurada na data de transação. As oscilações cambiais resultantes dessa conversão são reconhecidas no resultado. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais, e somente

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

	Nota explicativa	31/12/2025	31/12/2024
Prêmios emitidos	19.a, 19.c	98.734	94.012
Variações das provisões técnicas de prêmios	19.a, 19.d	(15.267)	(24.620)
Prêmios ganhos	19.a	**83.467**	**69.392**
Sinistros ocorridos	19.a,19.e	(30.939)	(34.202)
Custos de aquisição	19.a, 19.f	(11.802)	(9.879)
Outras receitas e despesas operacionais	19.g	(3.611)	(4.216)
Resultado com resseguro	19.h	(23.052)	(9.845)
Receita com resseguro		22.977	29.346
Despesa com resseguro		(46.029)	(39.191)
Despesas administrativas	19.i	(17.211)	(16.244)
Despesas com tributos	19.j	(2.883)	(3.039)
Resultado financeiro	19.k	5.378	4.903
Resultado patrimonial	11	1.866	1.814
Resultado operacional		**1.213**	**(1.316)**
Ganhos ou perdas com ativos não correntes		(11)	(39)
Resultado antes dos impostos e participações		**1.202**	**(1.355)**
Imposto de renda	20	–	–
Contribuição social	20	–	–
Participações sobre o resultado	22	(236)	(100)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		**966**	**(1.455)**
Quantidade de ações	18.a	206.083.590	206.083.590
Lucro (prejuízo) líquido por ação - em R$		0,00	(0,01)

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	966	(1.455)
Total do resultado abrangente do exercício	**966**	**(1.455)**

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA MÉTODO INDIRETO

	Nota explicativa	31/12/2025	31/12/2024
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		966	(1.455)
Ajustes para:			
Depreciação e amortizações		317	187
Amortização de Direito de Uso	17	206	369
Redução ao valor recuperável dos ativos	19.g	(7)	4
Resultado de equivalência patrimonial	11	(1.864)	(1.812)
Prejuízo na alienação de imobilizado e intangível		11	39
Juros incorridos sobre arrendamento	17	133	147
Variação do custo de aquisição diferidos		(2.566)	(5.778)
Variação dos ativos de resseguro		(8.821)	(15.514)
Variação das provisões técnicas - seguros		16.497	24.720
Variação nas contas patrimoniais:			
Ativos financeiros		(1.889)	(4.206)
Créditos das operações com seguros		(8.825)	(18.318)
Ativos de resseguro		8.988	(13.738)
Outros Ativos		(26)	(891)
Créditos tributários e previdenciários		334	(464)
Despesas antecipadas		(19)	–
Depósitos Judiciais e Fiscais		(141)	–
Outros créditos operacionais		(447)	(200)
Obrigações a pagar		737	604
Impostos e contribuições		609	737
Outras contas a pagar		58	18
Débitos de operações de seguros e resseguros		3.832	19.188
Depósitos de terceiros		2.286	(40)
Provisões técnicas - seguros e resseguros		(10.067)	16.091
Outros débitos		(359)	1.060
Caixa Gerado (Consumido) pelas operações		**(57)**	**748**
Dividendos recebidos - controlada		1.812	2.209
Impostos sobre o lucro, pagos		(286)	(323)
Juros pagos de passivo de arrendamento	17	(31)	(27)
Caixa Líquido Gerado nas Atividades Operacionais		**1.438**	**2.607**
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Recebimento pela venda:			
Investimentos		4	3
Pagamento pela compra:			
Imobilizado		(89)	(945)
Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Investimento		**(85)**	**(942)**
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Pagamento de passivo de arrendamento	17	(300)	(383)
Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Financiamento		**(300)**	**(383)**
Aumento Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa		**1.053**	**1.282**
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do exercício	5	1.772	490
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do exercício	5	2.825	1.772

continua

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 *(EM MILHARES DE REAIS)* DA CESCEBRASIL SEGUROS DE GARANTIAS E CRÉDITO S.A.

elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **2.4. Continuidade:** A Administração considera que a Seguradora possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade da Seguradora de continuar operando, portanto, as demonstrações financeiras individuais foram preparadas com base nesse princípio. **2.5. Uso de estimativas e julgamentos:** Na elaboração das demonstrações financeiras individuais a Administração é requerida a usar seu julgamento na determinação de estimativas que levam em consideração pressupostos e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas periodicamente. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. Informações sobre áreas em que o uso de premissas e estimativas é significativo para as demonstrações financeiras individuais e nas quais, portanto, existe um risco significativo de ajuste material dentro do próximo exercício, estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Crédito das operações com seguros e resseguros; • Ativos de resseguro e retrocessão - provisões técnicas; • Provisões técnicas e a realização do teste de adequação de passivos; e • Provisões judiciais. **3. Resumo das políticas contábeis materiais:** As políticas contábeis materiais utilizadas na preparação das demonstrações financeiras individuais estão apresentadas a seguir e estão de acordo com a Circular Susep nº 648/2021, alterada pela Circular Susep 678/2022. As políticas contábeis discriminadas abaixo foram aplicadas em todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras individuais. **3.1. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem numerário disponível em caixa, em contas bancárias e investimentos financeiros, com vencimento inferior a 90 dias a contar da data de aquisição, de alta liquidez ou com baixo risco de variação no valor justo de mercado. **3.2. Instrumentos financeiros:** Conforme o pronunciamento CPC 48 - Instrumentos Financeiros, um ativo financeiro é classificado de acordo com as seguintes categorias: • Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; • Ativos financeiros mensurados valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA); • Ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado (VJR). 3.2.1.Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado: Um ativo financeiro é classificado ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas: (a) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (b) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. 3.2.2. Ativos financeiros mensurados valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA): Um ativo financeiro é classificado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se ambas as seguintes condições forem atendidas: (a) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e (b) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. 3.2.3. Ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado (VJR): São classficados ao valor justo por meio do resultado (VJR) todo os ativos financeiros que não são mensurados pelos critérios de custo amortizado ou valor justo por meior de outros resultados abrangentes. A Seguradora gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos, de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos. Esses ativos são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do período. 3.2.4. Empréstimos e recebíveis: Incluem-se nessa categoria os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Os recebíveis da Seguradora compreendem as demais contas a receber. Todos os recebíveis são avaliados para identificar perda de seu valor recuperável a cada data de balanço. A Seguradora em 31/12/2025 possuía registrado na categoria "Empréstimos e depósitos compulsórios" valor relacionado a depósito caução do aluguel de seu escritório. 3.2.5. Instrumentos financeiros derivativos: A Seguradora não possui instrumentos financeiros derivativos na data de encerramento das demonstrações financeiras individuais, nem efetuou transações com instrumentos financeiros derivativos durante o exercicio. 3.2.6. Determinação do valor justo: Os valores justos dos investimentos com cotação pública são registrados com base em preços de negociação e ajustados ao valor de mercado, calculado com base no "Preço Unitário de Mercado", informado pela Anbima. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Seguradora estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação, que incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela Administração da própria Seguradora. Os valores justos são classificados em níveis, baseados em informações utilizadas nas técnicas de avaliação: • Nível 1: títulos com cotação em mercado ativo; • Nível 2: títulos não cotados nos mercados abrangidos no "Nível 1", mas cuja precificação é direta ou indiretamente observável; e • Nível 3: títulos que não possuem valor justo determinado com base em um mercado observável. 3.2.7. Provisão para perdas de crédito esperadas - ativos financeiros: O pronunciamento CPC 48 - Instrumentos Financeiros determina que deve ser reconhecida uma provisão para perdas de crédito esperadas em ativos financeiros mensurados ao Custo Amortizado, mensurados ao Valor Justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), em recebível de arrendamento, em ativo contratual ou em compromisso de empréstimo e em contrato de garantia financeira aos quais devem ser aplicados os requisitos de redução ao valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir: o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. A Companhia possui ativos financeiros em títulos públicos mensurados pelo valor justo por meio do resultado (VJR) e, portanto, não constitui provisão para perdas de crédito esperadas. A Seguradora avalia a cada data de balanço se há evidência objetiva de perda ou desvalorização nos ativos financeiros. 3.2.8. Redução ao valor recuperável - Ativos não financeiros: Ativos sujeitos a depreciação ou amortização, são avaliados para recuperabilidade quando ocorrem eventos ou circunstâncias que indiquem que o valor contábil do ativo não seja recuperável. É reconhecida uma perda por imparidade pelo montante no qual o valor contábil do ativo exceda seu valor recuperável, que é o maior valor entre o preço líquido de venda e seu valor de uso. Uma perda por imparidade é revertida se houver mudança nas estimativas utilizadas para se determinar o valor recuperável e é revertida somente na extensão em que o valor de contabilização do ativo não exceda o valor de contabilização que teria sido determinado, líquido de depreciação e amortização. A Seguradora não possui ativos sem vida útil estimada. 3.2.9. Passivos financeiros: Compreendem, substancialmente, prestadores de serviços, impostos e contribuições e outras contas a pagar, que são reconhecidos inicialmente no caso dos impostos e contribuições ao valor calculado para pagamento e para os demais reconhecidos com base nos custos dos serviços contratados e/ou utilizados. **3.3. Créditos das operações com seguros e resseguros:** São representados por prêmios a receber de seguros diretos, de operações de cosseguro aceito e valores de sinistros a recuperar e outros créditos operacionais com resseguradoras. São contabilizados pelo custo amortizado e possuem provisão para redução ao valor recuperável com base em estudo elaborado pela Companhia. **Redução ao valor recuperável (RVR) de prêmios a receber direto e de cosseguro aceito:** A Companhia reconhece uma provisão para redução ao valor recuperável (RVR) de prêmios a receber direto e de cosseguro aceito, conforme determina o artigo 137 da Circular SUSEP nº 678/2022, baseado em estudo técnico que considera a experiência de perda histórica de prêmios a receber, exclusivamente para riscos decorridos e se na data do balanço há evidência objetiva de perda. A RVR de prêmios a receber considera todos os prêmios vencidos e não vencidos, de todas as apólices de um mesmo segurado/tomador, líquida da provisão de prêmios não ganhos, custos de aquisição diferidos e efeitos de resseguro. A Companhia considera também para a constituição de provisão de RVR os prêmios de seguros diretos que estão em atraso superior a 60 dias, mesmo que o segurado/tomador não possua experiência de perda histórica de prêmios ou evidência objetiva de perda. A faixa de 60 dias foi determinada no estudo elaborado pela Companhia após analisar a distribuição em número de dias para o recebimento dos prêmios de seguros direto (dados analisados dos últimos 4 anos) e constatar que 99,0% dos prêmios de seguros são recebidos até esta data. Os ativos e passivos decorrentes dos contratos de resseguros são apresentados de forma bruta, segregando os direitos e obrigações entre as partes, uma vez que a existência dos referidos contratos não exime a Seguradora de honrar suas obrigações perante aos segurados. Os passivos são compostos, basicamente, por prêmios de resseguros cedidos, líquidos de comissões incorridas na operação, e os ativos representam valores a receber ou a recuperar dos resseguradores em função de ocorrências de eventos abrangidos pelos contratos entre as partes. Para os prêmios de seguros de cosseguros aceitos, devido a natureza da operação, são analisados os atrasos por segurado/tomador, comparando com o histórico de dias de recebimento do prêmio (repasse realizado pelas congêneres) e determinando caso a caso a constituição de RVR. **Redução ao valor recuperável (RVR) de operações de resseguro:** A Circular SUSEP nº 678/2022 determina que para o cálculo da redução ao valor recuperável de operações com resseguradoes devem ser considerados, no mínimo: I - o histórico de perdas com o ressegurador; II - análise prospectiva da capacidade de pagamento do ressegurador; III - eventuais divergências ou litígios referentes à cobertura do contrato de resseguro ou retrocessão que possam resultar em valores a receber pela cedente inferiores ao inicialmente contabilizado. A Seguradora não tem constituído provisão para a redução ao valor recuperável para as operações com resseguradoras, uma vez que: I - não possui histórico de perdas/não recuperação de valores com o ressegurador; II - todos os resseguradores (ou o Grupo Segurador) que possuem operações com a Companhia estão com classificação de risco A/A+/A-/AA/AA- nas agências de risco *Standard & Poors e AM Best*; III - não ter litígios ou divergências em curso; e IV - as liquidações financeiras ocorrem trimestralmente onde são consideradas todas as operações a serem repassadas e recuperadas com os resseguros, sem histórico de inadimplência com os resseguradores. Caso seja identificada alguma chance de não recebimento, a administração da Seguradora avaliará a necessidade de se constituir uma provisão para redução ao valor recuperável dos ativos por contrato de resseguro, considerando evidências objetivas de que os valores possam não ser recebidos e o valor da perda possa ser mensurado de forma confiável. A análise de recuperabilidade é realizada no mínimo a cada data de balanço de forma individualizada. **3.4. Investimentos:** Os investimentos em participações societárias são avaliados pelo método de equivalência patrimonial. **3.5. Ativo imobilizado de uso próprio:** O custo do ativo imobilizado de uso próprio compreende equipamentos, móveis, máquinas e utensílios, benfeitorias (Outras Imobilizações) e veículos e é reduzido por depreciação acumulada do ativo até a data de preparação das demonstrações financeiras. O custo histórico do ativo imobilizado compreende gastos que são diretamente atribuíveis para a aquisição dos itens capitalizáveis e para que o ativo esteja em condições de uso. A depreciação do ativo imobilizado é calculada segundo o método linear e conforme o período de vida útil estimada dos ativos. A depreciação de benfeitorias é realizada pelo período de locação. O valor residual e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, a cada data de balanço. O valor contábil de um item do ativo imobilizado é ajustado imediatamente se o seu valor recuperável é inferior ao seu valor contábil. A Administração da Seguradora considerou adequada à sua realidade a manutenção dos prazos de estimativa de vida útil fiscal, bem como considerou adequado não atribuir valor residual aos bens em virtude do histórico de ganhos irrelevantes no momento da alienação, troca ou descarte desses bens. **3.6. Classificação dos contratos de seguros e de investimento:** As principais definições das características de um contrato de seguro estão descritas no pronunciamento técnico CPC 11 - Contratos de seguros, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Nesse contexto, a Administração procedeu às devidas análises dos contratos emitidos com base nas normas supracitadas e não identificou contratos classificados como contratos de investimento. **3.7. Mensuração dos contratos de seguro:** Os prêmios de seguros e as despesas de comercialização são contabilizados por ocasião da emissão das apólices ou faturas, líquidos dos custos de emissão, sendo a parcela de prêmios ganhos reconhecida no resultado, de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto. As receitas de prêmios e as correspondentes despesas de comercialização, relativas aos riscos vigentes ainda sem emissão das respectivas apólices, são reconhecidas ao resultado no início da cobertura do risco, em bases estimadas. Os juros cobrados sobre o parcelamento de prêmios de seguros são apropriados como "receitas financeiras" em base "*pro rata temporis*" ao longo do período de pagamento das parcelas dos prêmios. **3.8. Ativos de resseguro e Passivo com operações com resseguradoras:** Os contratos de resseguro são classificados como contrato de seguros, pois pressupõem a transferência de um risco de seguro significativo. A transferência de riscos de seguro por meio de contratos de resseguros é efetuada no curso normal das atividades da Seguradora com o propósito de limitar sua perda potencial, por meio da diversificação de riscos. O diferimento dos prêmios de resseguros cedidos é realizado de forma consistente com o respectivo prêmio de seguro relacionado. Os montantes apropriados como ativo de resseguro são direitos estimados a recuperar das resseguradoras decorrentes das perdas ocorridas. Tais ativos são avaliados segundo bases consistentes dos contratos de cessão de riscos. Os valores a pagar às resseguradoras são calculados de acordo com as disposições contratuais previamente definidas. **3.9. Custos de aquisição diferidos:** Compreende as comissões relativas ao custo de aquisição de apólices de seguros, sendo a apropriação ao resultado realizada de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto. **3.10. Provisões técnicas:** As provisões técnicas decorrentes de contratos de seguros, segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil, são constituídas de acordo com as determinações e critérios estabelecidos pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). As provisões técnicas aplicáveis à Seguradora no período de apresentação das demonstrações financeiras individuais estão assim resumidas: A Provisão de Prêmios não Ganhos (PPNG) é constituída para a cobertura dos sinistros a ocorrer, considerando indenizações e despesas relacionadas aos riscos vigentes na data-base do cálculo. A PPNG também representa as parcelas dos prêmios que serão apropriados ao resultado no decorrer dos prazos de vigência dos seguros. O cálculo é individual por apólice ou endosso dos contratos vigentes na data base de constituição, pelo método "pro rata dia" tomando-se por base as datas de início e fim de vigência do risco segurado. O fato gerador da constituição dessa provisão é a emissão da apólice ou endosso. A Provisão de Prêmios Não Ganhos para os Riscos Vigentes e Não Emitidos (PPNG-RVNE), deve ser constituída para a cobertura dos valores a pagar relativos a sinistros e despesas a ocorrer, ao longo dos prazos a decorrer, referentes aos riscos vigentes, porém não emitidos na data-base de cálculo. A metodologia de cálculo aplicada pela Seguradora está em consonância com a Circular SUSEP Nº 648/2021 e alterações posteriores, e encontra-se descrita em Nota Técnica Atuarial. Esta provisão tem a finalidade de contemplar a estimativa para os riscos vigentes, mas cuja emissão ainda não tenha ocorrido. A metodologia de cálculo aplicada pela Seguradora, a qual se encontra descrita em Nota Técnica Atuarial, consiste na aplicação de percentuais médios apurados com base no atraso de emissão verificados no período de 12 (doze) meses sobre a PPNG do mês de referência. A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) é constituída por estimativa das indenizações devidas ou valor determinado na apólice e liquidação de sinistro. É determinada com base nos avisos de sinistros recebidos e atualizada monetariamente nos termos da legislação. Os valores a serem ressarcidos por conta do resseguro são reconhecidos simultaneamente à constituição da PSL e apresentados no ativo circulante na rubrica "Ativos de resseguro e retrocessão - Provisões Técnicas". A mensuração da estimativa de PSL também considera o ajuste dos sinistros ocorridos e não suficientemente avisados - IBNeR que será aplicado quando necessário. Nas datas-base de 31/12/2025 e de 31/12/2024, não há constituição de IBNeR pela Seguradora, uma vez que os testes de consistência não apontaram necessidade de ajuste da PSL. Contudo, quando aplicável, os triângulos de run-off serão elaborados individualmente para cada ramo e terão como base os últimos 60 meses de dados disponíveis no momento da sua construção, conforme metodologia descrita em Nota Técnica Atuarial. No triângulo, os dados serão agrupados em períodos mensais. A Provisão de Despesas Relacionadas (PDR) tem como objetivo provisionar os valores esperados a liquidar relativos às despesas relacionadas a sinistros ocorridos, avisados ou não, abrangendo tanto as despesas que podem ser atribuídas individualmente a cada sinistro quanto as despesas que só podem ser relacionadas aos sinistros de forma agrupada. Em atendimento à legislação vigente, a metodologia de cálculo da PDR está descrita em Nota Técnica Atuarial, e é obtida através de um processo estatístico-atuarial que utiliza a experiência da seguradora para projetar os valores esperados a liquidar relativos às despesas relacionadas a sinistros ocorridos, avisados ou não, sendo formada a partir do somatório das despesas relacionadas aos sinistros - alocadas individualmente e despesas relacionadas aos sinistros - não alocáveis, das "despesas avisadas, mas não liquidadas" e "despesas ocorridas e não avisadas". A Provisão de Sinistros Ocorridos Mas Não Avisados (também conhecida como "IBNR - Incurred But Not Reported") visa a cobertura do valor esperado dos sinistros ocorridos e ainda não avisados, até a data-base de cálculo, considerando as indenizações e despesas relacionadas, de acordo com a responsabilidade da Seguradora. Em atendimento aos normativos vigentes, a Seguradora possui uma metodologia própria descrita em Nota Técnica Atuarial, baseada fundamentalmente na construção dos triângulos de run-off, a qual é aplicada somente aos ramos Crédito Interno (0748) e Crédito à Exportação (0749). Para os demais ramos operados pela seguradora, a provisão de IBNR é atualmente obtida através dos resultados médios observados nos testes de consistência da provisão. Cabe destacar que é realizado monitoramento trimestral da evolução da provisão e, caso constatada alguma inadequação, a Companhia tomará as devidas providências para corrigir o valor constituído, utilizando-se do critério técnico que julgar mais adequado. Os triângulos de run-off são elaborados individualmente para cada ramo mencionado acima e tem como base os últimos 60 meses de dados disponíveis no momento de sua construção. No triângulo, os dados são agrupados em períodos trimestrais. A Provisão de Excedente Técnico tem como objetivo provisionar os valores esperados a liquidar relativos a pagamentos de participação no resultado da apólice para os segurados que contratem a cláusula de bônus. O bônus é calculado caso sejam cumpridas as métricas de sinistralidade e prêmios, que incluem pagamento integral dos valores devidos, renovação da apólice, entre outros. Os valores serão pagos aos segurados que atenderem a todas as condições e realizar a solicitação do pagamento em até 180 dias após a finalização da vigência da apólice e que todos os riscos declarados durante a vigência tenham sido expirados, considerando também o prazo máximo para aviso de sinistros. A provisão é constituída para cada apólice individualmente, durante a vigência da apólice. A Provisão Complementar de Cobertura (PCC) deve ser constituída quando for constatada insuficiência nas provisões técnicas, conforme valor apurado no Teste de Adequação dos Passivos. Com base nos valores estimados no estudo do TAP de data-base 31/12/2025, a PCC é nula. **3.11. Teste de adequação dos passivos (TAP - ou "LAT"):** Conforme disposto na Circular SUSEP Nº 648/2021, que instituiu o teste de adequação de passivos para fins de elaboração das demonstrações financeiras individuais e definiu regras e procedimentos para a sua realização, a seguradora deve avaliar se o seu passivo está adequado, utilizando estimativas correntes de fluxos de caixa futuros de seus contratos de seguro. Se a diferença entre o valor das estimativas correntes dos fluxos de caixa e a soma do saldo contábil das provisões técnicas na data-base, deduzida dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados às provisões técnicas resultar em valor positivo, caberá à sociedade supervisionada reconhecer este valor na Provisão Complementar de Cobertura (PCC), quando a insuficiência for proveniente das provisões de PPNG, as quais possuem regras de cálculos rígidas, que não podem ser alteradas em decorrência de insuficiências. Os ajustes decorrentes de insuficiências nas demais provisões técnicas apuradas no TAP devem ser efetuadas nas próprias provisões. Nesse caso, a companhia deverá recalcular o resultado do TAP com base nas provisões ajustadas, e registrar na PCC apenas a insuficiência remanescente. O TAP foi elaborado bruto de resseguro e para a sua realização a seguradora considerou a segmentação estabelecida pela Circular SUSEP Nº 648/2021, alterado pela Circular SUSEP Nº 678/2022 ou seja, entre Eventos a Ocorrer e Eventos Ocorridos do grupo de Danos. Em atendimento ao normativo em vigor, a Seguradora realiza a projeção dos fluxos realistas de resseguro, independentemente de ser necessária a constituição da PCC, respeitando o grupamento e adotando metodologia e premissas análogas às aplicadas aos fluxos brutos de resseguro. Agrupamento utilizado no cálculo do TAP: há apenas 01 grupo, composto pelos ramos 740, 745, 747, 748, 749, 775, 776 e 819. Para a elaboração dos fluxos de caixa considerou-se as estimativas de prêmios, sinistros, despesas e impostos, mensurados na data-base de dezembro de 2025, descontados pela estrutura a termo da taxa de juros livre de risco (ETTJ), prefixada e cambial, com base na metodologia proposta pela SUSEP, usando o modelo de Svensson para interpolação e extrapolação das curvas de juros e o uso de algoritmos genéticos em complemento aos algoritmos tradicionais de otimização não-linear, para a estimação dos parâmetros do modelo. As taxas de sinistralidades aplicadas ao Teste de Adequação de Passivos de 31 de dezembro de 2025 foram, em média, de 44,26%, para o ramo 0748 - Crédito Interno, e de 2,99%, para os demais ramos de Danos operacionalizados pela Seguradora. Os resultados obtidos no Teste de Adequação de Passivos de data-base 31/12/2025, seguindo a segmentação estabelecida pela Circular SUSEP Nº 648/2021, estão reproduzidos a seguir:

Grupo - Segmentação	Fluxo de Caixa Estimado	Provisões Constituídas	Suficiência (insuficiência)
Danos - Eventos Ocorridos	17.472	18.612	1.140
Danos - Eventos a Ocorrer (Registrados)	32.884	89.450	56.566
Danos - Outras Provisões Técnicas (OPT)	1.629	1.853	224

Na Cesce, por haver apenas 01 grupo e o TAP não apontar a necessidade de constituição de PCC, não ocorre compensação de resultados entre grupos. Com base no Estudo Atuarial do Teste de Adequação de Passivos da CESCEBRASIL SEGUROS DE GARANTIAS E CRÉDITO S.A. realizado para a data-base de 31/12/2025, concluiu-se que o seu passivo por contrato de seguro está adequado para os Grupos de Eventos a Ocorrer e de Eventos Ocorridos, não sendo necessário o ajuste das provisões constituídas, deduzidas dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados às provisões técnicas, visto que estas se mostraram superiores aos valores estimados dos fluxos de caixa, os quais foram elaborados em conformidade com os parâmetros mínimos estabelecidos pela Circular SUSEP Nº 648/2021 e Circular SUSEP nº 678/2022. **3.12. Direito de uso - CPC 06 (R2):** O CPC 06 (R2) - Arrendamentos consiste em reconhecer pelo valor presente dos pagamentos futuros, os contratos de arrendamentos com prazo superior a 12 meses e com valores substanciais dentro do balanço patrimonial dos arrendatários. A norma determina que esse reconhecimento será através de um ativo de direito de uso e de um passivo de arrendamento que serão realizados por meio de despesa de depreciação dos ativos de arrendamento e despesa financeira oriundas dos juros sobre o passivo. Antes da edição do CPC 06 as despesas desses contratos eram reconhecidas diretamente no resultado do período em que ocorriam. Os ativos de direito de uso (aluguéis de imóveis) foram mensurados pelo fluxo de caixa do passivo de arrendamento, descontado a valor presente. Também serão adicionados (quando existir) custos incrementais que são necessários na obtenção de um novo contrato de arrendamento que de outra forma não teriam sido incorridos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento. O passivo de arrendamento, por sua vez, será mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamentos esperados até o fim do contrato, considerando possíveis renovações ou cancelamentos. Por fim, o valor presente dos pagamentos de arrendamentos será calculado, de acordo com uma taxa incremental de financiamento. A taxa incremental sobre o financiamento do arrendatário é a taxa de juros que o arrendatário teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Seguradora alterar sua avaliação se exercerá uma opção de extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. **3.13. Benefícios a empregados:** Benefícios de curto prazo: Compreendem os ordenados, salários e contribuições para a previdência social, licença remunerada por doença, participação nos lucros de acordo com o sindicato da categoria, gratificações e benefícios não monetários. Estes benefícios são oferecidos aos funcionários e administradores e reconhecidos no resultado do período na medida em que são incorridos. Benefícios por desligamento: Adicionalmente, a Seguradora concede benefícios de seguro saúde para funcionários desligados por prazo determinado na convenção sindical, sendo: a) por mais 30 dias com até 5 anos de trabalho na mesma empresa; b) por mais 60 dias com mais de 5 e até 10 anos de trabalho na mesma empresa; c) por mais 90 dias com mais de 10 anos de trabalho na mesma empresa. **3.14. Ativos e passivos contingentes, obrigações legais, fiscais e previdenciárias:** Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, e se a mesma possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As contingências passivas são objeto de avaliação individualizada, efetuada pela assessoria jurídica da Seguradora, com relação às probabilidades de perda. Passivos contingentes são divulgados se existir uma possível obrigação futura resultante de eventos passados ou se existir uma obrigação presente resultante de um evento passado, e o seu pagamento não for provável ou seu montante não puder ser estimado de forma confiável. Os passivos contingentes relacionados à Provisão de Sinistros a Liquidar Judicial são avaliados para provisão de perda independente do pronunciamento técnico CPC 25, mas sim utilizando-se como base o CPC 11 sobre a definição de um contrato de seguro e a Circular SUSEP nº 648/2021 e alterações posteriores. Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. **3.15. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido de 10% sobre a parcela do lucro tributável anual excedente a R$ 240 e a contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável conforme Lei nº 13.169/2015. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, calculado com base nas alíquotas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras individuais e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação, e sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação nas demonstrações financeiras individuais. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na medida em que sua realização não seja provável. **3.16. Apuração do resultado:** As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência. As receitas financeiras abrangem as receitas com atualização monetária e oscilação cambial das provisões técnicas, receitas de juros sobre ativos financeiros, ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado que são reconhecidos no resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com atualização monetária e oscilação cambial das provisões técnicas, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e perdas por redução ao valor recuperável (imparidade) reconhecidas nos ativos financeiros que estão reconhecidos no resultado. **3.17. Participações sobre o resultado:** O valor das participações dos funcionários no resultado do período é provisionado por estimativa, conforme convenção coletiva de trabalho específica de PLR do sindicato dos Empregados de Empresas de Seguros Privados e Capitalização, de Seguro Saúde, de Previdência Privada e de Agentes Autônomos de Seguros Privados e de Crédito no Estado de São Paulo - SindSecuritariosEstSP. **3.18. Novas normas e interpretações ainda não vigentes: CPC 50 - Contratos de Seguros** - O CPC 50 define os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguros enquadrados em seu escopo. A norma busca assegurar que as entidades reportem informações relevantes e que representem fidedignamente os direitos e obrigações decorrentes desses contratos. As divulgações exigidas são voltadas a permitir que os usuários das demonstrações financeiras avaliem adequadamente os efeitos dos contratos de seguros sobre a posição patrimonial, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Companhia. A norma somente será aplicável após homologação pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). **CPC 51 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Contábeis** - Em outubro de 2025, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovou o CPC 51 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Contábeis. O novo pronunciamento estabelece requisitos atualizados para a apresentação e divulgação de informações nas demonstrações financeiras, de forma a garantir maior relevância e fidedignidade na representação de ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas e despesas. O CPC 51 substitui o CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis e será aplicável para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. Entre as principais alterações introduzidas, destacam-se: - nova estrutura de apresentação da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE); - requisitos específicos para divulgação de medidas de desempenho; - mudanças na apresentação da Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC). A aplicação do normativo dependerá de sua homologação pela SUSEP. **Reforma Tributária** - A Emenda Constitucional nº 132/2023, promulgada em dezembro de 2023, reformulou de forma ampla o sistema brasileiro de tributação sobre o consumo, instituindo um modelo baseado em um Imposto sobre Valor Agregado (IVA) dual. Esse novo sistema é composto pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), além do Imposto Seletivo (IS). Em 16 de janeiro de 2025, foi sancionada a Lei Complementar nº 214/2025, originada do Projeto de Lei Complementar nº 68/2024, que regulamenta parcela substancial da Reforma Tributária prevista na EC 132/2023. Essa lei instituiu formalmente o IBS, a CBS e o IS, criou o Comitê Gestor do IBS e estabeleceu diretrizes operacionais para implementação e transição dos novos tributos. Adicionalmente, foi aprovado pelo Congresso Nacional o Projeto de Lei Complementar nº 108/2024, que disciplina a estrutura e o funcionamento do Comitê Gestor do IBS, além de consolidar regras sobre fiscalização, lançamento e transição gradual das alíquotas. Após a edição da LC 214/2025, outros Projetos de Lei Complementar foram apresentados com o objetivo de ajustar e aperfeiçoar a legislação recém-estruturada, evidenciando que o processo regulatório permanece em evolução e sujeito a aprimoramentos. Considerando que ainda existem regulamentações complementares pendentes, não é possível estimar, neste momento, os impactos definitivos da Reforma Tributária sobre as operações da Companhia. A Administração segue acompanhando continuamente a evolução legislativa e a edição de normas infralegais relacionadas ao novo sistema tributário, avaliando seus potenciais efeitos à medida que se tornem aplicáveis. **4. Gerenciamento de riscos:** A Seguradora está, de forma geral, exposta aos seguintes riscos provenientes de suas operações e que podem afetar, com maior ou menor grau, os seus objetivos estratégicos e financeiros e atua conforme os requerimentos da Resolução CNSP nº 416 de 2021, alterada pela Resolução CNSP nº 467 de 2024: • Risco de crédito; • Risco

continua

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 *(EM MILHARES DE REAIS)* DA CESCEBRASIL SEGUROS DE GARANTIAS E CRÉDITO S.A.

financeiro (mercado e liquidez); • Risco de seguro; • Risco de capital; e • Risco operacional. A finalidade desta nota explicativa é apresentar informações gerais sobre estas exposições, bem como os critérios adotados pela Seguradora na gestão e mitigação de cada um dos riscos acima mencionados. A Seguradora também incorre riscos relacionados à oscilação cambial da moeda dólar americano. Em 31 de dezembro de 2025 possuía exposição líquida ativa de aproximadamente USD 588 mil (Em 31 de dezembro de 2024 exposição líquida ativa de USD 199 mil), decorrente de suas operações normais de seguros (líquidas das parcelas de resseguro) e saldo em conta corrente em moeda estrangeira. Estrutura de gerenciamento de riscos: A estrutura de gerenciamento de riscos visa o cumprimento e adequações às normas internas e externas, dispondo de mecanismos que mitigam os riscos da Seguradora. A Seguradora detém em sua estrutura política e procedimentos que visam o gerenciamento de riscos. A estrutura existente é adequada aos riscos a que a Seguradora encontra-se exposta e é compatível com a natureza e a complexidade das operações e dos produtos comercializados. A Seguradora mantém uma estrutura de Gerenciamento de Risco que mantém reporte imediato junto à Diretoria da Seguradora e com a Matriz, assim como ao Conselho de Administração e que tem como objetivo auxiliar a administração na revisão e na discussão de informações acerca do gerenciamento dos riscos empresariais, incluindo as políticas, procedimentos, práticas e reportes com relação aos riscos de subscrição, crédito, investimento, operacional e de liquidez, assim como a aderência da Seguradora com os requerimentos legais e regulatórios. **4.1. Gestão de risco de crédito:** A Seguradora monitora o cumprimento da política de risco de crédito para garantir que os limites ou determinadas exposições ao risco de crédito não sejam excedidos. Esse monitoramento é realizado sobre os ativos financeiros, de forma individual e coletiva, que compartilham riscos similares e leva em consideração a capacidade financeira da contraparte em honrar suas obrigações e fatores dinâmicos de mercado. Limites de risco de crédito são determinados com base no *rating* de crédito da contraparte para garantir que a exposição global ao risco de crédito seja gerenciada e controlada dentro das políticas estabelecidas. A exposição máxima de risco de crédito originado de prêmios a serem recebidos de segurados é substancialmente reduzida (e considerada como baixa) onde em certos casos a cobertura de sinistros pode ser cancelada (segundo regulamentação brasileira) caso os pagamentos dos prêmios não sejam efetuados na data de vencimento. A exposição ao risco de crédito para prêmios a receber difere entre os ramos de riscos a decorrer e riscos decorridos, onde nos ramos de risco decorridos a exposição é maior, uma vez que a cobertura é dada em antecedência ao pagamento do prêmio de seguro. A Seguradora opera apenas na carteira de transporte na modalidade riscos decorridos. Para os créditos das operações com seguros é constituída, quando necessária, a provisão para redução ao valor recuperável conforme mencionado na Nota 7.1 e nota 3.3. A tabela a seguir apresenta todos os ativos financeiros e demais recebíveis detidos pela Seguradora em 31 de dezembro de 2025 e 2024, distribuídos por rating de crédito obtidos nas agências classificadoras de risco (Moody´s, Standard & Poor's, Fitch Ratings). A carteira de investimentos é composta por títulos públicos federais com risco de crédito associado à escala nacional de risco da União (ou risco soberano equivalente à BB conforme classificação da Fitch Ratings em 2025 e "Ba1", conforme classificação da Moody´s em 2024).

			31 de dezembro de 2025	
	A-/A+/AA/AA-/AA+	**Ba1/BB/BB-**	**Sem rating (*)**	**Total**
	–	**2.812**	**13**	**2.825**
Caixa	–	–	13	13
Bancos	–	2.812	–	2.812
Ao valor justo por meio do resultado	**–**	**42.628**	**–**	**42.628**
Títulos Públicos - LFT	–	42.628	–	42.628
Empréstimos e demais recebíveis	**5.431**	**–**	**85.072**	**90.503**
Créditos das operações com seguros e resseguros	5.431	–	82.555	87.986
Outros créditos operacionais	–	–	511	511
Títulos e créditos a receber	–	–	1.864	1.864
Depósitos caução de aluguel	–	–	142	142
Total do circulante e não circulante	**5.431**	**45.440**	**85.085**	**135.956**
			31 de dezembro de 2024	
	A-/A+/AA/AA-/AA+	**Ba1/BB/BB-**	**Sem rating (*)**	**Total**
	–	**1.757**	**15**	**1.772**
Caixa	–	–	15	15
Bancos	–	1.757	–	1.757
Ao valor justo por meio do resultado	**–**	**40.739**	**–**	**40.739**
Títulos Públicos - LFT	–	40.739	–	40.739
Empréstimos e demais recebíveis	**3.717**	**–**	**77.600**	**81.317**
Créditos das operações com seguros e resseguros	3.717	–	75.437	79.154
Outros créditos operacionais	–	–	216	216
Títulos e créditos a receber	–	–	1.812	1.812
Depósitos caução de aluguel	–	–	135	135
Total do circulante e não circulante	**3.717**	**42.496**	**77.615**	**123.828**

(*) Os ativos classificados na categoria "Sem *rating*" compreendem, substancialmente, valores a serem recebidos de segurados que não possuem *ratings* de crédito individuais.

4.2. Gestão de riscos financeiros: A Seguradora define risco financeiro como risco de mercado e risco de liquidez. Esses riscos surgem de posições mantidas em instrumentos financeiros, que na Seguradora são substancialmente representados por Títulos Públicos - LFT, com oscilações de taxa de juros. **Risco de Mercado:** risco de taxa de juros é o risco de mercado ao qual a Companhia está mais exposta. Para reduzir a exposição às variações nas taxas de juros do mercado doméstico, a Seguradora realiza suas aplicações financeiras em títulos públicos, que estão indexados à variação da SELIC. Para mitigar os riscos financeiros significativos, a Seguradora utiliza uma abordagem de gestão de ativos e passivos, considerando principalmente os vencimentos e a estrutura de classes dos passivos, em comparação com os ativos financeiros. Consideram-se também os requerimentos regulatórios no Brasil e o ambiente macroeconômico. Os métodos desse gerenciamento de ativos e passivos avaliam o desempenho das carteiras de ativos e o horizonte de liquidação das obrigações originadas de contratos de seguros e passivos financeiros em curto e longo prazos. **Risco de Liquidez:** A Seguradora define como a possibilidade de não ser capaz de cumprir eficientemente suas obrigações financeiras, esperadas ou não, no momento em que forem devidas, seja pela impossibilidade de realizar tempestivamente seus ativos ou pelo fato de tal realização resultar em perdas significativas e/ou no descumprimento de requisitos regulatórios, e pela contingência que a Companhia incorre em perdas excessivas devido à venda de ativos e à realização das operações, com o fim de alcançar a liquidez necessária para poder cumprir com as suas obrigações, ou com a perda em que incorre a Seguradora pelo não pagamento das suas obrigações, como consequência de comportamentos deficitários em seu fluxo de caixa. **Exposição ao risco de liquidez:** A Seguradora limita o risco de liquidez pela gestão do fluxo de caixa da carteira de investimentos com os seus passivos, onde são utilizados inclusive métodos atuariais para estimar as obrigações oriundas das operações de seguros. A Seguradora avalia periodicamente o resultado desse estudo e realinha sua estratégia de investimentos, se necessário. A Seguradora adota a política de manter seus ativos em investimentos cuja liquidez seja imediata e que não resultem em perdas significativas. **Gerenciamento do risco de liquidez:** A Administração da Seguradora monitora suas posições assumidas e sua carteira de investimentos. A Seguradora possui política de Investimentos aprovada pelo Grupo Cesce com os limtes de aplicação e diversificação. A Seguradora avalia mensalmente o seu nível de liquidez avaliando: (i) a sobra de recursos em função da necesidade de cobertura das provisões técnicas; (ii) casamento dos fluxos de caixa dos ativos e passivos; e (iii) índice de solvência determinado como nível de apetite de risco na política de Gestão de Riscos da Seguradora, onde é definido pelo Conselho de Administração do Grupo Cesce: Índice de solvência: a) Zona Crítica: Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) sobre o Capital de Solvência Requerido (Capital Mínimo Requerido) abaixo de 100%; b) Zona de Alerta: Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) sobre o Capital de Solvência Requerido (Capital Mínimo Requerido) entre 100% e 150%; c) Zona de Vigilância: Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) sobre o Capital de Solvência Requerido (Capital Mínimo Requerido) entre 150% e 200%; d) Zona de Segurança: Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) sobre o Capital de Solvência Requerido (Capital Mínimo Requerido) acima de 200%. Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 a Seguradora está classificada na zona de segurança, de acordo com a política de gestão de riscos:

	31/12/2025	**31/12/2024**
Patrimônio Líquido Ajustado - PLA (vide nota 18.c)	28.811	27.230
Capital mínimo requerido (CMR)	8.734	8.100
Índice de solvência (PLA/CMR)	**329,9%**	**336,2%**

A tabela abaixo analisa os ativos e passivos financeiros da Seguradora, por faixa de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento:

			31/12/2025			**31/12/2024**
	Até um ano	**Entre um e dois anos**	**Acima de dois anos**	**Até um ano**	**Entre um e dois anos**	**Acima de dois anos**
Ativos						
Caixa e bancos	2.825	–	–	1.772	–	–
Títulos de renda fixa	2.044	35.887	4.697	20.897	16.272	3.570
Prêmios a receber	56.499	9.724	12.894	44.244	9.532	16.547
Créditos das operações com seguros e resseguros	8.869	–	–	8.831	–	–
Ativos de resseguro e retrocessão	44.725	13.702	18.814	47.704	10.802	18.902
Títulos e créditos a receber	2.842	–	–	2.831	–	–
Total dos ativos	**117.804**	**59.313**	**36.405**	**126.279**	**36.606**	**39.019**
			31/12/2025			**31/12/2024**
	Até um ano	**Entre um e dois anos**	**Acima de dois anos**	**Até um ano**	**Entre um e dois anos**	**Acima de dois anos**
Passivos						
Contas a pagar	5.395	–	3.840	4.836	–	3.281
Comissões a pagar	7.508	1.695	2.255	5.689	1.487	2.995
Débitos das operações com seguros e resseguros	39.158	4.097	10.574	34.404	6.153	10.724
Prêmios a restituir	–	–	–	3	–	–
Provisões técnicas de seguros	76.288	22.847	29.224	75.109	17.459	29.361
Outros débitos	–	–	–	–	–	30
Total dos passivos	**128.349**	**28.639**	**45.893**	**120.041**	**25.099**	**46.391**

Os títulos de renda fixa incluem R$ 42.628 (2024 - R$40.739) de Títulos Públicos (Letras Financeiras do Tesouro) que possuem liquidez imediata. As provisões técnicas registradas em curto prazo estão suficientemente cobertas pelos títulos públicos, conforme mencionado na Nota 15.3. A Seguradora mantém os títulos públicos com vencimentos superiores a 365 dias, porém estão classificados como "Ao valor justo por meio do resultado", podendo ser resgatados a qualquer momento para cumprir com os compromissos de curto prazo. A política de gestão de riscos financeiros tem como princípio assegurar que limites apropriados de risco sejam seguidos para garantir que riscos significativos originados de grupos individuais de emissores não venham a impactar os resultados de forma adversa. A Seguradora optou por minimizar o risco de crédito das contrapartes, pela escolha de ativos de baixíssimo risco, sendo que atualmente a carteira de investimentos é composta integralmente por títulos públicos federais. A tabela a seguir apresenta uma análise de sensibilidade para riscos sobre ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado, levando em consideração a melhor estimativa da Administração sobre uma razoável mudança esperada destas variáveis e impactos potenciais sobre o resultado do período e sobre o patrimônio líquido da Seguradora.

4.2.1. Análise de sensibilidade financeira da Seguradora:

31 de dezembro de 2025	**Valorização em 2,0% na SELIC/CDI**		**Desvalorização em 2,0% na SELIC/CDI**	
Título	**Impacto no Resultado**	**Impacto no Patrim. Líquido**	**Impacto no Resultado**	**Impacto no Patrim. Líquido**
Título Publico - LFT	903	542	(903)	(542)
Total	**903**	**542**	**(903)**	**(542)**
31 de dezembro de 2024	**Valorização em 2,0% na SELIC/CDI**		**Desvalorização em 2,0% na SELIC/CDI**	
Título	**Impacto no Resultado**	**Impacto no Patrim. Líquido**	**Impacto no Resultado**	**Impacto no Patrim. Líquido**
Título Publico - LFT	842	505	(842)	(505)
Total	**842**	**505**	**(842)**	**(505)**

Os resultados destas análises são utilizados para gestão desses riscos e para o entendimento do impacto sobre os resultados e sobre o patrimônio líquido em condições normais e em condições de stress. Esses testes levam em consideração cenários históricos e cenários de condições de mercado previstos para períodos futuros e a Administração utiliza esses resultados no processo de decisão, planejamento e também para identificação de riscos financeiros específicos originados de certos ativos e passivos financeiros detidos pela Seguradora. **4.3. Gestão do risco de seguro:** Pela natureza intrínseca de um contrato de seguro, o risco de seguro apresenta características de aleatoriedade e sua previsibilidade é baseada em técnicas estatístico-atuariais. Como parte de sua política de gestão de riscos, a Seguradora possui critérios de aceitação e de precificação específicos para cada linha de negócio que buscam minimizar riscos de antisseleção e garantir um nível de rentabilidade adequado frente aos riscos assumidos. Para um grupo de contratos de seguro onde a teoria da probabilidade é aplicada para a precificação e provisionamento, a Administração entende que o principal risco transferido é o risco de que sinistros avisados e os pagamentos de benefícios resultantes desses eventos excedam o valor contábil dos passivos de contratos de seguros. A Administração da Seguradora age ativamente sobre a gestão dos passivos de contratos de seguros, definindo políticas operacionais e efetuando análises de situações que exigem alto grau de julgamento acerca da liquidação de sinistros específicos e sobre a avaliação dos saldos provisionados para fazer frente aos passivos de contratos de seguros. A Seguradora utiliza estratégias de diversificação de riscos e programas de resseguro com resseguradoras que possuam *rating* de risco de crédito de qualidade, de forma que o resultado adverso desses eventos seja minimizado. Os fatores que minimizam a volatilidade do risco de seguro incluem a diversificação de risco, tipo do risco, questões geográficas e o tipo de indústria. • **Segmento de seguros de garantias:** O seguro garante a indenização, até o valor da garantia fixada na apólice, pelos prejuízos decorrentes do inadimplemento das obrigações assumidas pelo tomador no contrato principal, para construção, adiantamentos, inexecução dentro do prazo acordado, fornecimento e prestação de serviços, até o valor da garantia fixado na apólice. Encontram-se também garantidos por este contrato de seguro, os valores das multas e indenizações devidos à Administração Pública, tendo em vista o disposto no inciso III do artigo 80 da Lei nº 8.666/93. A avaliação dos riscos no seguro garantia consiste na avaliação do tomador, exigindo que esse não apresente problemas financeiros no presente e no futuro para cumprir com suas obrigações de execução ou pagamento. Em todas avaliações são observadas capacidade patrimonial e de geração de lucros, a liquidez e solvência dos tomadores. A avaliação é realizada com base nos dados mantidos pela Seguradora os quais foram obtidos através de diferentes fontes de informações, tais como agências de informações, bancos, câmaras de comércio, informações gerais do mercado, etc. • **Segmento de seguros de crédito:** A gestão dos limites de crédito concedidos é realizada através da análise das informações constantes em base de dados e informações da Seguradora, sendo que os principais focos da avaliação são: liquidez, solvência, risco moral/reputacional e capacidade de geração de resultado. As informações são obtidas através de agências de informações, câmaras de comércio e informações gerais, sendo que a Seguradora monitora a posição desses devedores e tomadores periodicamente, a fim de verificar se sua posição financeira atualizada está adequada para a manutenção dos limites concedidos. A capacidade financeira dos segurados/tomadores é reavaliada periodicamente, a fim de verificar se sua posição financeira não se deteriorou de forma significativa desde a emissão dos limites de créditos vigentes. O quadro abaixo demonstra a segmentação dos prêmios de seguros das carteiras, por percentual ressegurado:

			31 de dezembro de 2025	
Composição por segmento	**Prêmios emitidos líquidos**	**Parcela resseg.**	**Prêmios retidos**	**% Prêmios retidos pela Seguradora**
Crédito Interno	46.266	(30.760)	15.506	33,5%
Crédito a Exportação	18.251	(12.409)	5.842	32,0%
Garantia-Segurado Setor Público	32.918	(32.784)	134	0,4%
Garantia-Segurado Setor Privado	1.299	(1.020)	279	21,5%
Total	**98.734**	**(76.973)**	**21.761**	**22,0%**
Composição por segmento	**Prêmios emitidos líquidos**	**Parcela resseg.**	**Prêmios retidos**	**% Prêmios retidos pela Seguradora**
Crédito Interno	33.190	(23.309)	9.881	29,8%
Crédito a Exportação	16.977	(11.353)	5.624	33,1%
Garantia-Segurado Setor Público	43.715	(43.192)	523	1,2%
Garantia-Segurado Setor Privado	130	(129)	1	0,8%
Total	**94.012**	**(77.983)**	**16.029**	**17,0%**

O quadro abaixo demonstra os prêmios emitidos distribuídos por região:

				31 de dezembro de 2025		
Composição por segmento	**Norte**	**Nordeste**	**Centro-oeste**	**Sudeste**	**Sul**	**Total Geral**
Crédito Interno	750	2.086	995	34.399	8.036	46.266
Crédito a Exportação	–	145	–	10.152	7.954	18.251
Garantia-Segurado Setor Público	–	3.930	1.271	26.591	1.126	32.918
Garantia-Segurado Setor Privado	–	4	22	1.267	6	1.299
Total	**750**	**6.165**	**2.288**	**72.409**	**17.122**	**98.734**
				31 de dezembro de 2024		
Composição por segmento	**Norte**	**Nordeste**	**Centro-oeste**	**Sudeste**	**Sul**	**Total Geral**
Crédito Interno	423	298	1.729	23.409	7.331	33.190
Crédito a Exportação	–	247	–	13.306	3.424	16.977
Garantia-Segurado Setor Público	3.837	1.191	2.352	35.734	601	43.715
Garantia-Segurado Setor Privado	–	1	1	115	13	130
Total	**4.260**	**1.737**	**4.082**	**72.564**	**11.369**	**94.012**

4.3.1. Análise de sensibilidade - sinistros: O quadro abaixo demonstra os impactos no patrimônio líquido e resultado, decorrentes de uma piora e/ou melhora nos sinistros ocorridos na Seguradora:

(i) Bruto de resseguro

			31 de dezembro de 2025	
	Piora		**Melhora**	
	10 p.p	**20 p.p**	**10 p.p**	**5 p.p**
Prêmios ganhos	83.467	83.467	83.467	83.467
Sinistros ocorridos	(34.033)	(37.127)	(27.845)	(29.392)
Índice de sinistralidade	40,8%	44,5%	33,4%	35,2%
Impacto no PL e no resultado (bruto)	(3.094)	(6.188)	3.094	1.547
Impacto no PL e no resultado (líquido de impostos)	(1.856)	(3.713)	1.856	928
			31 de dezembro de 2024	
	Piora		**Melhora**	
	10 p.p	**20 p.p**	**10 p.p**	**5 p.p**
Prêmios ganhos	69.392	69.392	69.392	69.392
Sinistros ocorridos	(37.622)	(41.042)	(30.782)	(32.492)
Índice de sinistralidade	54,2%	59,1%	44,4%	46,8%
Impacto no PL e no resultado (bruto)	(3.420)	(6.840)	3.420	1.710
Impacto no PL e no resultado (líquido de impostos)	(2.052)	(4.104)	2.052	1.026

(ii) Líquido de resseguro

			31 de dezembro de 2025	
	Piora		**Melhora**	
	10 p.p	**20 p.p**	**10 p.p**	**5 p.p**
Prêmios ganhos	18.900	18.900	18.900	18.900
Sinistros ocorridos	(11.890)	(12.971)	(9.728)	(10.269)
Índice de sinistralidade	62,9%	68,6%	51,5%	54,3%
Impacto no PL e no resultado (bruto)	(1.081)	(2.162)	1.081	540
Impacto no PL e no resultado (líquido de impostos)	(649)	(1.297)	649	324
			31 de dezembro de 2024	
	Piora		**Melhora**	
	10 p.p	**20 p.p**	**10 p.p**	**5 p.p**
Prêmios ganhos	15.911	15.911	15.911	15.911
Sinistros ocorridos	(9.986)	(10.894)	(8.170)	(8.624)
Índice de sinistralidade	62,8%	68,5%	51,3%	54,2%
Impacto no PL e no resultado (bruto)	(908)	(1.816)	908	454
Impacto no PL e no resultado (líquido de impostos)	(545)	(1.089)	545	272

Limitações da análise de sensibilidade: As análises de sensibilidade anteriormente apresentadas não são lineares, sendo que impactos maiores ou menores não devem ser interpolados ou extrapolados a partir desses resultados. As análises de sensibilidade não levam em consideração que os ativos e os passivos são gerenciados e controlados. Além disso, a posição financeira poderá variar na ocasião em que qualquer movimentação no mercado ocorra. À medida em que os mercados de investimentos se movimentam através de diversos níveis, as ações de gerenciamento poderiam incluir a venda de investimentos, mudança na alocação da carteira, entre outras medidas de proteção. Outras limitações nas análises de sensibilidade incluem o uso de movimentações hipotéticas no mercado para demonstrar o risco potencial que somente representa a visão da Seguradora de possíveis mudanças no mercado em um futuro próximo, que não podem ser previstas com qualquer certeza, além de considerar como premissa que todas as taxas de juros se movimentam de forma idêntica. **4.4. Gestão de risco de capital:** Nos termos da Resolução CNSP nº 432/21, o Capital Mínimo Requerido (CMR) para funcionamento das sociedades seguradoras será o maior valor entre o capital base e o capital de risco. A Seguradora executa a gestão de risco de capital por meio de um modelo de gestão centralizado, com o objetivo primário de atender aos requerimentos de capital mínimo regulatório, segundo critérios de exigibilidade de capital mínimos requeridos pela SUSEP. As decisões sobre a alocação dos recursos de capital são conduzidas como parte da revisão do planejamento estratégico e comitês de planejamento financeiro e orçamentário. O capital adicional para risco de subscrição, de crédito, operacional e de mercado, são calculados conforme definido em normas e legislações vigentes, publicadas pela Superintendência de Seguros Privados. Visando a adoção das melhores práticas de gestão de risco, a Companhia está apurando o capital de risco com base nos riscos de subscrição, crédito, operacional e de mercado, como demonstrado na Nota 18 c. **4.5. Gestão de risco operacional:** A Seguradora define risco operacional como a possibilidade de ocorrer perdas devido a eventos relacionados com um funcionamento inadequado dos processos internos ou falhas nas diferentes operações da Seguradora. O risco operacional é aquele que pode causar perdas devido a erros humanos, processos internos inadequados ou defeituosos, falhas do sistema, tecnologia e/ou como consequência de eventos externos. Os riscos de lavagem de dinheiro e fraude estão incluídos nesta categoria de risco. Os riscos que possam ocasionar interrupção total ou redução significativa dos processos críticos de negócio da Seguradora são classificados como operacionais e devem ser mitigados através do Plano de Continuidade de Negócios. De acordo com a Resolução CNSP nº 416 de 2021, este Plano preve os papéis e responsabilidades específicos em relação à continuidade dos negócios, o nível mínimo de operação e prazo máximo de retorno ao funcionamento normal, assim como os procedimentos de comunicação com interessados internos e externos.

5. Disponível:

	31/12/2025	**31/12/2024**
Caixa	13	15
Bancos (*)	2.812	1.757
Caixa e bancos	**2.825**	**1.772**

(*) Inclui R$ 2.752 mil (R$ 1.708 mil em 2024) de recursos em conta corrente em moeda estrangeira (CCME).

6.Aplicações

a) A composição e hierarquia das aplicações financeiras estão representadas no quadro abaixo:

									31 de dezembro de 2025
Títulos	**Taxa contra-tada**	**Nível**	**De 1 a 90 dias**	**De 181 a 365 dias**	**Acima de 365 dias**	**Valor contábil/ mercado**	**Valor de Curva**	**%**
Ao valor justo por meio do resultado								
Título Publico - LFT (*)	100% da Selic	1	18	2.026	40.584	42.628	42.622	100,0%
Total			**18**	**2.026**	**40.584**	**42.628**	**42.622**	**100,0%**
Circulante						**42.628**		
								31 de dezembro de 2024
Títulos	**Taxa contra-tada**	**Nível**	**De 1 a 90 dias**	**De 181 a 365 dias**	**Acima de 365 dias**	**Valor contábil/ mercado**	**Valor de Curva**	**%**
Ao valor justo por meio do resultado								
Título Publico - LFT (*)	100% da Selic	1	10.378	10.519	19.842	40.739	40.734	100,0%
Total			**10.378**	**10.519**	**19.842**	**40.739**	**40.734**	**100,0%**
Circulante						**40.739**		

(*) O valor de mercado dos títulos públicos, classificados como "Ao valor justo por meio do resultado", foi calculado com base no "Preço Unitário de Mercado" em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, informado pela Anbima, por meio do seu site.

Durante o exercício, não houve reclassificações entre as categorias de títulos e valores mobiliários. Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 não haviam contratos envolvendo operações de "swap", opções ou outros instrumentos financeiros derivativos na Seguradora.

b) Movimentação das aplicações:

Títulos	**Saldo em 31/12/2024**	**Aplicações**	**Resgates**	**Rendimentos**	**Saldo em 31/12/2025**
Ao valor justo por meio do resultado					
Letras financeiras do tesouro - LFT	40.739	74.312	(78.671)	6.248	42.628
Total dos ativos	**40.739**	**74.312**	**(78.671)**	**6.248**	**42.628**
Títulos	**Saldo em 01/01/2024**	**Aplicações**	**Resgates**	**Rendimentos**	**Saldo em 31/12/2024**
Ao valor justo por meio do resultado					
Letras financeiras do tesouro - LFT	36.533	56.950	(57.181)	4.437	40.739
Total dos ativos	**36.533**	**56.950**	**(57.181)**	**4.437**	**40.739**

7. Créditos das operações com seguros e resseguros: 7.1. Prêmios a receber e operações com seguradoras: Os prêmios a receber contemplam os prêmios de emissão direta e cosseguro aceito e estão apresentados líquidos da provisão para perda ao valor recuperável.

a) Composição dos prêmios a receber por ramo de seguro:

			31 de dezembro de 2025		**31 de dezembro de 2024**	
Ramo	**Média de parcelas**	**Prêmios a receber (*)**	**Redução ao valor recuperável**	**Prêmios a receber líquido**	**Prêmios a receber (*)**	**Redução ao valor recuperável**	**Prêmios a receber líquido**
Crédito Interno	2	30.121	(976)	29.145	22.342	(995)	21.347
Crédito a Exportação	2	10.251	(67)	10.184	10.318	(220)	10.098
Garantia-Segurado Setor Público	1	39.789	(24)	39.765	38.858	–	38.858
Garantia-Segurado Setor Privado (**)		23	–	23	20	–	20
		80.184	**(1.067)**	**79.117**	**71.538**	**(1.215)**	**70.323**
Circulante				**56.499**			**44.244**
Não Circulante				**22.618**			**26.079**

(*) inclui valores de Prêmios de RVNE de R$ 19.362 (R$ 18.424 em 2024).

(**) referente a valor de Prêmios de RVNE.

continua

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 *(EM MILHARES DE REAIS)* DA CESCEBRASIL SEGUROS DE GARANTIAS E CRÉDITO S.A.

b) Composição das operações com seguradoras: O saldo de operações com seguradoras a receber é composto de prêmios vencidos.

		31 de dezembro de 2025			31 de dezembro de 2024		
Ramo	**Média de parcelas**	**Prêmios a receber**	**Redução ao valor recuperável**	**Prêmios a receber líquido**	**Prêmios a receber**	**Redução ao valor recuperável**	**Prêmios a receber líquido**
Garantia-Segurado Setor Público	1	21	–	21	1.192	–	1.192
Circulante				21			1.192

c) Movimentação dos prêmios a receber (direto e cosseguro aceito):

O quadro abaixo demonstra a movimentação do saldo de prêmios a receber entre 1º de janeiro a 31 de dezembro:

	2025	2024
Prêmios Pendentes no Início do Exercício	**71.515**	**53.229**
(+) Prêmios emitidos	118.284	112.741
(+) IOF	3.439	2.791
(–) Prêmios cancelados	(13.050)	(9.497)
(–) Recebimentos	(101.321)	(87.219)
(+) Prêmios - riscos vigentes não emitidos	938	(1.788)
(+/–) Oscilação cambial	(815)	1.291
(+/–) Constituição/Reversão de provisão para perda	148	(33)
Prêmios Pendentes no Final do Exercício	**79.138**	**71.515**

d) Composição dos prêmios a receber (direto e cosseguro aceito) por decurso de prazo:

31 de dezembro de 2025

Aging List	Prêmios a receber	Redução ao valor recuperável	Saldo contábil
A vencer (i)	78.416	–	78.416
Vencidos - 1 a 30 dias	194	–	194
Vencidos - 31 a 60 dias	547	(22)	525
Vencidos - 61 a 120 dias	30	(28)	2
Vencidos - 121 a 180 dias	51	(50)	1
Vencidos - mais de 365 dias	967	(967)	–
Total	**80.205**	**(1.067)**	**79.138**

31 de dezembro de 2024

Aging List	Prêmios a receber	Redução ao valor recuperável	Saldo contábil
A vencer (i)	69.586	(107)	69.479
Vencidos - 1 a 30 dias	1.882	(4)	1.878
Vencidos - 31 a 60 dias	117	–	117
Vencidos - 61 a 120 dias	172	(131)	41
Vencidos - 121 a 180 dias	6	(6)	–
Vencidos - mais de 365 dias	967	(967)	–
Total	**72.730**	**(1.215)**	**71.515**

(*i) O saldo referente à Provisão para Prêmios de Riscos Vigentes mas Não Emitidos (RVNE) no valor de R$ 19.362 (2024 - R$ 18.424) foi calculado conforme descrito na Nota 3.10 e alocado na faixa "A vencer", uma vez que a RVNE, por sua natureza, não possui abertura analítica por vencimento.*

7.2. Operações com resseguradoras: As operações com resseguradoras contemplam sinistros a recuperar e outros créditos operacionais. Os sinistros a recuperar contemplam os sinistros pagos pendentes de recebimento do ressegurador (valor da parcela de cessão de resseguro), cuja expectativa de recuperação é inferior a 90 dias. Outros créditos operacionais contemplam principalmente valores de participação nos resultados dos contratos de resseguro, cuja recuperação é realizada anualmente. A Seguradora não tem constituído provisão para a redução ao valor recuperável para as operações com resseguradoras (veja nota explicativa 3.3).

	31 de dezembro de 2025				31 de dezembro de 2024			
Evento	**Local**	**Admitida**	**Eventual**	**Total**	**Local**	**Admitida**	**Eventual**	**Total**
Sinistros a recuperar	2.579	2.377	1.486	6.442	1.358	1.179	732	3.269
Outros créditos operacionais	951	939	516	2.406	1.794	1.595	981	4.370
Total	**3.530**	**3.316**	**2.002**	**8.848**	**3.152**	**2.774**	**1.713**	**7.639**

8. Ativos de resseguros e retrocessão

	31/12/2025	31/12/2024
Prêmios diferidos - PPNG	59.010	51.134
Prêmios diferidos - RVNE	5.149	4.772
Sinistros IBNR	3.408	3.324
Sinistros pendentes de pagamento	6.834	15.316
Provisão despesas relacionadas	1.928	1.710
Provisão de Excedente Técnico (vide nota 3.10)	912	1.152
	77.241	**77.408**
Circulante	**44.725**	**47.704**
Não circulante	**32.516**	**29.704**

	Prêmios diferidos - PPNG	Prêmios diferidos - RVNE	Sinistros IBNR	Sinistros pendentes de pagamento	Provisão despesas relacionadas	Provisão de Excedente Técnico	Total
Saldo em 01/01/2024	**34.638**	**5.453**	**2.569**	**3.106**	**1.598**	**792**	**48.156**
(+) Prêmios emitidos/ cancelados/restituídos	77.983	–	–	–	–	–	77.983
(–) Diferimento pelo risco decorrido	(61.810)	–	–	–	–	–	(61.810)
(+) Sinistros avisados	–	–	–	40.849	301	–	41.150
(+/–) Ajuste de estimativa/ atualização monetária/ variação cambial	323	(681)	755	(13.947)	32	1.166	(12.352)
(–) Pagamentos	–	–	–	(14.692)	(221)	(806)	(15.719)
Saldo em 31/12/2024	**51.134**	**4.772**	**3.324**	**15.316**	**1.710**	**1.152**	**77.408**
(+) Prêmios emitidos/ cancelados/restituídos	76.973	–	–	–	–	–	76.973
(–) Diferimento pelo risco decorrido	(68.807)	–	–	–	–	–	(68.807)
(+) Sinistros avisados	–	–	–	32.858	1.179	–	34.037
(+/–) Ajuste de estimativa/ atualização monetária/ variação cambial	(290)	377	84	(11.719)	(579)	2.186	(9.941)
(–) Pagamentos	–	–	–	(29.621)	(382)	(2.426)	(32.429)
Saldo em 31/12/2025	**59.010**	**5.149**	**3.408**	**6.834**	**1.928**	**912**	**77.241**

8.1. Prêmios de resseguro diferidos - PPNG subdivididos em classes e ratings

Abaixo demonstramos a relação das resseguradoras por classe e por rating divulgados pelas agências classificadoras em 31 de dezembro de 2025 e de 2024:

	31 de dezembro de 2025				31 de dezembro de 2024			
Rating (i)	**Local**	**Admitida**	**Eventual**	**Total**	**Local**	**Admitida**	**Eventual**	**Total**
A-/A+/AA/AA-/AA+	2.970	24.370	8.954	36.294	2.705	20.987	7.332	31.024
Sem rating	22.716	–	–	22.716	20.110	–	–	20.110
	25.686	**24.370**	**8.954**	**59.010**	**22.815**	**20.987**	**7.332**	**51.134**

(i) Ratings obtidos nos sítios das resseguradoras e agências classificadoras

9. Títulos e créditos a receber, incluindo créditos tributários e previdenciários

	31/12/2025	31/12/2024
Créditos de PIS e COFINS diferido (*)	157	164
Outros créditos tributários	444	772
Valores a receber - Cesce Serviços (nota 21)	1.864	1.812
Depósitos Judiciais e Fiscais	141	–
Outros créditos	236	83
Circulante	**2.842**	**2.831**

(*) A Seguradora contabiliza créditos tributários de Pis e Cofins (Pis/Cofins Diferido), decorrentes de diferenças temporárias sobre a provisão de sinistros a liquidar administrativos, que serão deduzidos da base de cálculo de PIS e Cofins quando do seu efetivo pagamento.

10. Custos de aquisição diferidos

Os custos de aquisição diferidos são constituídos pelas parcelas dos custos na obtenção de contratos de seguros, cujo período do risco ainda não decorreu e são apropriadas ao resultado proporcionalmente ao prazo decorrido. São considerados como custos de aquisição diferidos as comissões de seguros angariados. O prazo de diferimento dos custos de aquisição obedece ao risco de vigência dos contratos de seguros.

a) Composição dos custos de aquisição diferidos originados de aquisição de contratos de seguros:

	Vigência média das apólices (dias)	31/12/2025	31/12/2024
Crédito Interno	374	3.202	2.194
Crédito à Exportação	370	1.162	1.268
Garantia Segurado - Setor Público	1277	14.034	12.377
Garantia Segurado - Setor Privado	832	45	38
		18.443	**15.877**
Circulante		**8.755**	**7.166**
Não circulante		**9.688**	**8.711**

b) Movimentação dos custos de aquisição diferidos:

	Comissão	Comissão - RVNE	Total
Saldo em 01/01/2024	**8.524**	**1.575**	**10.099**
(+) Adições decorrentes de prêmios emitidos	15.560	–	15.560
(+/–) Constituições/Reversões/Diferimento	(9.597)	(184)	(9.782)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**14.487**	**1.391**	**15.877**
(+) Adições decorrentes de prêmios emitidos	14.456	–	14.456
(+/–) Constituições/Reversões/Diferimento	(11.995)	106	(11.890)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**16.948**	**1.497**	**18.443**

11. Investimentos

	31/12/2025	31/12/2024
Participações societárias:		
CESCEBRASIL Serviços e Gestão de Riscos Ltda. (*)	3.333	3.333
Ações Seguradora Líder S.A. (**)	242	238
Redução ao valor recuperável	(242)	(238)
Total	**3.333**	**3.333**
Resultado Patrimonial:	**31/12/2025**	**31/12/2024**
CESCEBRASIL Serviços e Gestão de Riscos Ltda.	1.864	1.812
Ações Seguradora Líder S.A. (**)	2	2
Total	**1.866**	**1.814**

(*) A controlada presta serviços de análise de crédito e monitoramento dos clientes dos segurados dos ramos de crédito, que possuem apólices vigentes na Seguradora.

(**) A Seguradora possui 1,33329% de participação na Seguradora Líder S.A. e possui provisão para desvalorização de 100% do valor.

CESCEBRASIL Serviços e Gestão de Riscos Ltda.:	31/12/2025	31/12/2024
Participação	99,99995%	99,99995%
Ativos Totais	5.359	5.328
Passivos Totais	2.026	1.995
Receitas Totais	6.443	6.313
Despesas Totais	(4.579)	(4.501)
Lucro líquido do exercício	1.864	1.812
Dividendos propostos sobre o resultado do exercício (nota 21)	(1.864)	(1.812)
Capital Social	2.004	2.004
Patrimônio Líquido	3.333	3.333

12. Contas a pagar

As contas a pagar apresentam a seguinte composição:

	31/12/2025	31/12/2024
Prestadores de serviços (*)	4.228	3.554
Partes relacionadas - CESCE SERVIÇOS (nota 21)	1.980	1.746
Salários e benefícios de curto prazo aos empregados	789	271
IOF sobre prêmios de seguros	976	608
Impostos e contribuições retidos na fonte	207	156
Impostos e contribuições (IR, CSLL, PIS e Cofins)	68	158
Encargos Trabalhistas	839	774
Outras contas a pagar	148	850
Total	**9.235**	**8.117**
Circulante	**5.395**	**4.836**
Não circulante	**3.840**	**3.281**

(*) Constituída principalmente por provisões de honorários advocatícios (R$ 3.908 em 2025 e R$ 3.281 em 2024).

13. Operações com Resseguradoras

Compreendem, substancialmente, os montantes de prêmios cedidos e ainda não liquidados nas datas de balanço.

	31 de dezembro de 2025				31 de dezembro de 2024			
Evento	**Local**	**Admitida**	**Eventual**	**Total**	**Local**	**Admitida**	**Eventual**	**Total**
Prêmios cedidos, líquidos das comissões	27.048	17.718	7.527	52.293	25.755	16.945	6.821	49.521
Sinistros - ressarcimentos	125	101	53	279	276	226	119	621
Total	**27.173**	**17.819**	**7.580**	**52.572**	**26.031**	**17.171**	**6.940**	**50.142**
Circulante				**37.901**				**33.265**
Não circulante				**14.671**				**16.877**

14. Depósitos de Terceiros

As contas do grupo de Depósitos de Terceiros apresentam a seguinte composição:

	31 de dezembro de 2025			31 de dezembro de 2024		
Aging List	**Prêmios e emolumentos recebidos**	**Outros Depósitos (*)**	**Total**	**Prêmios e emolumentos recebidos (*)**	**Outros Depósitos**	**Total**
Até 30 dias	106	43	149	231	–	231
De 31 a 60 dias	74	1.553	1.627	–	–	–
De 61 a 120 dias	18	723	741	–	–	–
Total	**198**	**2.319**	**2.517**	**231**	**–**	**231**

(*) inclui R$ 2.312 mil recebidos de resseguradoras relacionadas a adiantamento para pagamento de sinistros.

15. Provisões técnicas

	31 de dezembro de 2025			31 de dezembro de 2024		
	Bruto de resseguro	**Ativo de resseguro (*)**	**Valor líquido**	**Bruto de resseguro**	**Ativo de resseguro (*)**	**Valor líquido**
Provisão de prêmios não ganhos	96.219	(59.010)	37.209	82.028	(51.134)	30.894
Provisão de prêmios não ganhos - RVNE	11.675	(5.149)	6.526	10.737	(4.772)	5.965
Sinistros a liquidar	10.680	(6.834)	3.846	19.322	(15.316)	4.006
Provisão de IBNR	5.410	(3.408)	2.002	5.276	(3.324)	1.952
Provisão despesas relacionadas	2.523	(1.928)	595	2.186	(1.710)	476
Provisão de excedente técnico	1.852	(912)	940	2.380	(1.152)	1.228
	128.359	**(77.241)**	**51.118**	**121.929**	**(77.408)**	**44.521**
Circulante	**76.288**	**(44.725)**		**75.109**	**(47.704)**	
Não circulante	**52.071**	**(32.516)**		**46.820**	**(29.704)**	

(*) vide nota 8

15.1. Movimentação das provisões técnicas

	Provisão de prêmios não ganhos	Provisão de prêmios não ganhos - RVNE	Sinistros a liquidar	Provisão despesas relacionadas	Provisão de IBNR	Provisão de Excedente Técnico	Total
Saldo em 01/01/2024	**55.596**	**12.525**	**5.087**	**2.177**	**4.070**	**1.663**	**81.118**
(+) Prêmios emitidos/cancelados/restituídos	95.800	(1.788)	–	–	–	–	94.012
(–) Diferimento pelo risco decorrido	(69.155)	–	–	–	–	–	(69.155)
(+) Sinistros avisados	–	–	59.491	461	–	–	59.952
(+/–) Ajuste de estimativa/atualização monetária/variação cambial	(213)	–	(22.436)	(109)	1.206	2.382	(19.170)
(–) Pagamentos	–	–	(22.820)	(343)	–	(1.665)	(24.828)
Saldo em 31/12/2024	**82.028**	**10.737**	**19.322**	**2.186**	**5.276**	**2.380**	**121.929**
(+) Prêmios emitidos/cancelados/restituídos	97.796	938	–	–	–	–	98.734
(–) Diferimento pelo risco decorrido	(82.939)	–	–	–	–	–	(82.939)
(+) Sinistros avisados	–	–	51.221	1.493	–	–	52.714
(+/–) Ajuste de estimativa/atualização monetária/ variação cambial	(666)	–	(18.917)	(562)	134	2.103	(17.908)
(–) Pagamentos	–	–	(40.946)	(594)	–	(2.631)	(44.171)
Saldo em 31/12/2025	**96.219**	**11.675**	**10.680**	**2.523**	**5.410**	**1.852**	**128.359**

15.2. Tabela de desenvolvimento de sinistros

As tabelas abaixo demonstram a atual estimativa dos sinistros ocorridos comparada com as correspondentes estimativas de anos anteriores. Partindo do ano em que o sinistro ocorreu e o montante estimado neste mesmo período, na primeira linha do quadro abaixo, é apresentado como este montante varia no decorrer dos anos, conforme obtemos informações mais precisas sobre a frequência e severidade do sinistro à medida que os sinistros são avisados.

a) Sinistros administrativos e judiciais - Provisões e pagamentos - bruto de resseguro

Incorrido (+) IBNR	**Anterior**	**dez/20**	**dez/21**	**dez/22**	**dez/23**	**dez/24**	**dez/25**	**Total**
Até a data-base		18.568	16.839	22.201	18.173	36.932	34.973	
Um ano mais tarde		14.378	14.486	21.603	18.716	34.403	–	
Dois anos mais tarde		14.970	14.490	21.617	18.733	–	–	
Três anos mais tarde		14.814	14.621	21.702	–	–	–	
Quatro anos mais tarde		14.818	14.637	–	–	–	–	
Cinco anos mais tarde		14.820	–	–	–	–	–	
Posição em 31/12/2025		14.820	14.637	21.702	18.733	34.403	34.973	
Pago acumulado		**dez/20**	**dez/21**	**dez/22**	**dez/23**	**dez/24**	**dez/25**	**Total**
Até a data-base		(8.462)	(8.087)	(5.480)	(9.348)	(13.683)	(20.282)	
Um ano mais tarde		(14.425)	(14.315)	(21.106)	(18.595)	(34.506)	–	
Dois anos mais tarde		(14.553)	(14.320)	(21.282)	(18.610)	–	–	
Três anos mais tarde		(15.017)	(14.320)	(21.609)	–	–	–	
Quatro anos mais tarde		(15.017)	(14.323)	–	–	–	–	
Cinco anos mais tarde		(15.017)	–	–	–	–	–	
Posição em 31/12/2025		(15.017)	(14.323)	(21.609)	(18.610)	(34.506)	(20.282)	
Atualização monetária e juros		217	(148)	(93)	(32)	326	(9)	
Provisão em 31/12/2025	3.431	20	166	–	91	223	14.682	18.613
Sobra/(Falta) acumulada		3.748	2.202	499	(560)	2.529		
Sobra/(Falta) acumulada (%)		25,29%	15,04%	2,30%	-2,99%	7,35%		

b) Sinistros administrativos e judiciais - Provisões e pagamentos - líquido de resseguro

Incorrido (+) IBNR	**Anterior**	**dez/20**	**dez/21**	**dez/22**	**dez/23**	**dez/24**	**dez/25**	**Total**
Até a data-base		6.852	6.249	7.825	6.761	10.124	12.350	
Um ano mais tarde		5.317	5.360	6.785	6.925	9.291	–	
Dois anos mais tarde		5.536	5.361	6.789	6.931	–	–	
Três anos mais tarde		5.478	5.410	6.820	–	–	–	
Quatro anos mais tarde		5.479	5.415	–	–	–	–	
Cinco anos mais tarde		5.479	–	–	–	–	–	
Posição em 31/12/2025		5.479	5.415	6.820	6.931	9.291	12.350	
Pago acumulado		**dez/20**	**dez/21**	**dez/22**	**dez/23**	**dez/24**	**dez/25**	**Total**
Até a data-base		(3.130)	(2.992)	(2.028)	(3.459)	(4.748)	(6.924)	
Um ano mais tarde		(5.336)	(5.296)	(6.694)	(6.880)	(9.329)	–	
Dois anos mais tarde		(5.384)	(5.299)	(6.759)	(6.886)	–	–	
Três anos mais tarde		(5.555)	(5.299)	(6.879)	–	–	–	
Quatro anos mais tarde		(5.555)	(5.300)	–	–	–	–	
Cinco anos mais tarde		(5.555)	–	–	–	–	–	
Posição em 31/12/2025		(5.555)	(5.300)	(6.879)	(6.886)	(9.329)	(6.924)	
Atualização monetária e juros		80	(55)	60	(12)	121	(4)	
Provisão em 31/12/2025	840	4	60	1	33	83	5.422	6.443
Sobra/(Falta) acumulada		1.373	834	1.005	(170)	833		
Sobra/(Falta) acumulada (%)		25,06%	15,40%	14,74%	-2,45%	8,97%		

15.3. Cobertura das provisões técnicas

	31/12/2025	31/12/2024
Provisões técnicas	128.359	121.929
Parcela ressegurada	(32.731)	(35.319)
Custo de aquisição diferidos	(7.402)	(6.129)
Direitos creditórios	(63.709)	(56.784)
Total a ser coberto	**24.517**	**23.697**
Bens oferecidos em cobertura		
Título Publico - LFT	42.628	40.739
(a) Suficiência - R$	**18.111**	**17.042**
Suficiência - %	**73,87%**	**71,92%**
Capital de risco (*) (vide nota 18-c)	8.734	7.553
Capital Mínimo Requerido (vide nota 18-c)	8.734	8.100
(b) Zona de segurança - acima de 200% do CMR (vide nota 4.2)	17.468	16.200
Liquidez acima da zona de segurança (a) - (b)	**643**	**842**

(*) A Seguradora calculou o Capital de risco conforme Resolução CNSP n° 432/2021 considerando o efeito redutor da correlação entre os riscos de crédito, operacional, subscrição e de mercado, bem como manteve o critério de liquidez em relação ao Capital de Risco.

continua

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 *(EM MILHARES DE REAIS)* DA CESCEBRASIL SEGUROS DE GARANTIAS E CRÉDITO S.A.

16. Passivos contingentes

A Seguradora possui processos de sinistros de demanda judicial registrados na conta "Sinistros a liquidar judiciais" no montante de R$ 1.712 (2024 - R$ 815), líquidos de cosseguros. Os passivos contingentes decorrem, basicamente, de negativa de pagamento de indenizações oriundos de itens não cobertos em apólice e/ou discordância em relação ao valor indenizado. a) Saldo dos passivos contingentes: Mediante as análises de cada processo, pelo nosso consultor jurídico responsável, a probabilidade de perda estava distribuída da seguinte forma:

I - Relacionadas a sinistros

	31 de dezembro de 2025			31 de dezembro de 2024		
Classificação	**Qtde.**	**Valor reclamado**	**Provisão**	**Qtde.**	**Valor reclamado**	**Provisão**
Provável	6	1.712	1.712	5	815	815
Possível	–	–	–	–	–	–
Remota	17	39.635	–	20	45.715	–
Total	**23**	**41.347**	**1.712**	**25**	**46.530**	**815**

II - Não relacionadas a sinistros - Cíveis

	31 de dezembro de 2025			31 de dezembro de 2024		
Classificação	**Qtde.**	**Valor reclamado**	**Provisão**	**Qtde.**	**Valor reclamado**	**Provisão**
Provável	–	–	–	1	351	351
Possível	1	91.051	–	1	83.852	–
Remota	4	1.197	–	–	–	–
Total	**5**	**92.248**	**–**	**2**	**84.203**	**351**

A Seguradora é parte em discussões judiciais de natureza cível e em processos administrativos, cuja probabilidade de perda são avaliados pelos assessores jurídicos da Seguradora. O processo com classificação provável em 2024, mencionado no quadro acima, relaciona-se a processo em que a Seguradora foi condenada em aproximadamente R$ 351 mil por perdas sofridas pelo Tomador para desembaraço aduaneiro, cujo pagamento ocorreu em 2025. O processo com classificação possível, mencionado no quadro acima, relaciona-se a processo em que a Seguradora é ré, e cujo valor estimado pela Administração é de aproximadamente R$ 84 milhões. Em dezembro de 2020 foi proferida sentença de primeira instância do processo cível em que o Autor pleiteava a condenação da Seguradora em danos emergentes, lucros cessantes e danos morais relativo a uma proposta de seguro garantia. A referida decisão foi de parcial procedência, absolvendo integralmente a Seguradora com relação aos lucros cessantes e danos morais. Contudo, tendo em vista diversas incongruências observadas na aludida decisão pelo assessor jurídico da Seguradora e referendadas pela Administração, a Seguradora recorreu ao Tribunal de Justiça para a reversão da condenação parcial. A Seguradora possui uma segunda opinião emitida por um escritório de advocacia igualmente renomado, que confirmou as chances de êxito como possíveis, motivo pelo qual confirmou-se o entendimento de não haver que se constituir provisão. Atualmente, o processo foi remetido à 5a Câmara de Direito Público para o julgamento da Apelação e foi requerido pela Seguradora o declínio de competência pela D. Câmara de Direito Público, com a consequente instauração de conflito de competência. Aguarda-se a apreciação do pedido. Por fim, cabe ressaltar que os Controladores, no curso normal de suas operações, formalizaram compromissos no sentido de que, na hipótese de uma conclusão desfavorável das discussões judiciais em curso, darão suporte à manutenção de suas atividades.

b) Movimentação dos passivos contingentes

I - Relacionadas a sinistros

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial em 1° de janeiro	**815**	**547**
(–) Pagamentos efetuados	–	–
(+/–) Constituições/Ajuste de estimativa	782	129
(+/–) Atualização monetária/variação cambial	115	139
Saldo final em 31 de dezembro	**1.712**	**815**

II - Não relacionadas a sinistros

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial em 1º de janeiro	**351**	**–**
(–) Pagamentos efetuados	(333)	–
(+/–) Constituições/Ajuste de estimativa	(2)	351
(+/–) Atualização monetária	(16)	–
Saldo final em 31 de dezembro	**–**	**351**

17. Outros valores e bens e Passivo de arrendamento

A duração do ativo de direito de uso e o passivo de arrendamento de seu contrato de aluguel do escritório é de 5 anos. Na rubrica Outros valores e bens estão registrados os valores dos Ativos de Direito de Uso deste contrato e no Passivo de Arrendamento estão registrados os valores dos pagamentos de arrendamentos esperados até o fim do contrato, descontados dos juros que serão apropriados. A seguir estão demonstrados os vencimentos do Passivo de arrendamento e do juros a apropriar:

	Até 1 ano	**1 a 2 anos**	**acima de 2 anos**	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Ativos de direito de uso	206	206	325	737	924
Total	**206**	**206**	**325**	**737**	**924**
Passivo de Arrendamento	347	361	600	1.308	1.605
Juros a Apropriar	(133)	(133)	(210)	(476)	(597)
Total	**214**	**228**	**390**	**832**	**1.008**
Circulante				**214**	**198**
Não circulante				**618**	**810**

Taxa média utilizada para o desconto a valor presente dos pagamentos mínimos de arredamento é de 10,49% a.a. (10,49% a.a. em 2024).

	Ativos de direito de uso	**Passivo de Arrendamento**		
		Principal	**Juros**	**Total**
Saldos em 1 de janeiro de 2024	537	742	(180)	562
Amortização	(369)	–	–	–
Atualização (*)	756	1.274	(565)	709
Pagamento de passivos de arrendamento	–	(410)	–	(410)
Despesas de juros	–	–	147	147
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**924**	**1.606**	**(598)**	**1.008**
Amortização	(206)	–	–	–
Atualização	19	33	(11)	22
Pagamento de passivos de arrendamento	–	(331)	–	(331)
Despesas de juros	–	–	133	133
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**737**	**1.308**	**(476)**	**832**

(*) Em 2024 a Companhia mudou de escritório e com isso teve o efeito da rescisão contratual do aluguel anterior e a entrada do aluguel novo.

18. Patrimônio líquido

a) Capital social: O capital social totalmente subscrito e integralizado é de R$ 80.236 em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, sendo representado por 206.083.590 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Acionistas:	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Consórcio Internacional de Asseguradores de Crédito - CIAC	99,99%	99,99%
CESCE Servicios Corporativos SLU	0,01%	0,01%

b) Dividendos: É assegurado aos acionistas um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício anual, conforme estabelecido no estatuto social. Do resultado do exercício são deduzidos, antes de qualquer destinação, os prejuízos acumulados. Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 não foram constituídas reservas legal e dividendos devido a Seguradora ainda apresentar prejuízos acumulados.

c) Patrimônio Líquido Ajustado (PLA), adequação de capital e Capital Mínimo Requerido: Em atendimento à Resolução CNSP n° 432/2021 e alterações posteriores, as Sociedades Supervisionadas deverão apresentar Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) igual ou superior ao Capital Mínimo Requerido (CMR), equivalente ao maior valor entre o capital base e o Capital de Risco (CR) respeitado os níveis de qualidade estabelecidos para cobertura do CMR conforme abaixo demonstrado: a) no mínimo 50% (cinquenta por cento) do CMR serão cobertos por PLA de nível 1; b) no máximo 15% (quinze por cento) do CMR serão cobertos por PLA de nível 3; e c) no máximo 50% (cinquenta por cento) do CMR serão cobertos pela soma do PLA de nível 2 e do PLA de nível 3.

	31/12/2025	**31/12/2024**
Patrimônio Líquido	31.529	30.563
Participações societárias	(3.333)	(3.333)
Despesas antecipadas	(19)	–
(a) Patrimônio líquido após ajustes contábeis (subtotal)	**28.177**	**27.230**
Superávit entre as provisões e fluxo realista de prêmios/contribuições registradas	**634**	**–**
(b) Ajustes associados à variação dos valores econômicos	**634**	**–**
PLA - nível I	28.177	27.230
PLA - nível II	634	–
PLA - nível III	–	–
(c) Subtotal PLA - nível	**28.811**	**27.230**
Limitador CMR - PLA nível I	28.177	27.230
Limitador CMR - PLA nível II	634	–
Limitador CMR - PLA nível III	–	–
(d) Subtotal PLA - limitador	**28.811**	**27.230**
(e) Ajustes do excesso de PLA de Nível 2 e PLA de nível 3 (d - c)	**–**	**–**
(f) PLA (total) = PLA (subtotal) + ajustes assoc. à var. val. econômicos + ajustes do excesso de PLA de nível 2 e 3 (a + b + e)	**28.811**	**27.230**
Capital mínimo requerido (CMR)	**8.734**	**8.100**
Capital base	**8.100**	**8.100**
Capital de subscrição	6.714	5.750
Capital de crédito	1.672	1.706
Capital de mercado	1.272	862
Capital de risco operacional	607	500
Benefício da correlação entre riscos	(1.531)	(1.266)
Capital de risco	**8.734**	**7.553**
Suficiência/Insuficiência do PLA - (PLA-CMR)	**20.077**	**19.130**
Suficiência de capital PLA (Suficiência de Capital/CMR)	**229,88%**	**236,17%**
Índice de solvência (PLA / CMR)	**329,88%**	**336,17%**

19. Detalhamento das contas da demonstração do resultado

a) Informação por ramo: Os prêmios emitidos compreendem os prêmios emitidos, líquidos de cancelamentos, restituições e cessões de prêmios a congêneres. Os sinistros ocorridos compreendem os sinistros ocorridos líquidos de cessão de riscos a congêneres e provisão de IBNR. Os valores dos ramos de atuação da Seguradora estão assim compostos, em 31 de dezembro de 2025 e de 2024:

					31/12/2025
Ramos	**Prêmios emitidos**	**Variação provisões técnicas**	**Prêmios ganhos**	**Sinistros ocorridos**	**Custos de aquisição**
Crédito Interno	46.265	(7.181)	39.084	(24.606)	(4.872)
Crédito à Exportação	18.251	402	18.653	(5.497)	(2.404)
Garantia-Segurado Setor Público	32.919	(7.921)	24.998	(915)	(4.484)
Garantia-Segurado Setor Privado	1.299	(567)	732	79	(42)
Total	**98.734**	**(15.267)**	**83.467**	**(30.939)**	**(11.802)**

					31/12/2024
Ramos	**Prêmios emitidos**	**Variação provisões técnicas**	**Prêmios ganhos**	**Sinistros ocorridos**	**Custos de aquisição**
Crédito Interno	33.189	442	33.631	(29.495)	(4.453)
Crédito à Exportação	16.977	(1.952)	15.025	(4.695)	(1.833)
Garantia-Segurado Setor Público	43.716	(23.510)	20.206	(91)	(3.523)
Garantia-Segurado Setor Privado	130	400	530	79	(70)
Total	**94.012**	**(24.620)**	**69.392**	**(34.202)**	**(9.879)**

b) Sinistralidade e comissionamento (*)

	31/12/2025		**31/12/2024**	
Ramos	**Sinistralidade**	**Comissionamento**	**Sinistralidade**	**Comissionamento**
Crédito Interno	63,0%	12,5%	87,7%	13,2%
Crédito à Exportação	29,5%	12,9%	31,2%	12,2%
Garantia-Segurado Setor Público	3,7%	17,9%	0,5%	17,4%
Garantia-Segurado Setor Privado	-10,8%	5,7%	-14,9%	13,2%
Total	**37,1%**	**14,1%**	**49,3%**	**14,2%**

(*) Saldos apresentados brutos de resseguro.

c) Prêmios emitidos

	31/12/2025	**31/12/2024**
Prêmios diretos	106.878	91.342
Prêmios cancelados	(13.050)	(10.490)
Prêmios restituídos	(7.438)	(6.451)
Cosseguro aceito de congêneres	11.406	21.399
Prêmios - riscos vigentes não emitidos	938	(1.788)
Total	**98.734**	**94.012**

d) Variações das provisões técnicas

	31/12/2025	**31/12/2024**
Provisão de prêmios não ganho - seguros diretos	(19.900)	(17.963)
Provisão de prêmios não ganho - cosseguro aceito	5.043	(7.727)
Provisão de prêmios não ganho - RVNE	(938)	1.788
Provisão de excedente técnico	528	(718)
Total	**(15.267)**	**(24.620)**

e) Sinistros ocorridos

	31/12/2025	**31/12/2024**
Sinistros ocorridos	(32.391)	(36.364)
Despesas com sinistros	(363)	(741)
Ressarcimentos	2.516	3.721
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	(701)	(818)
Total	**(30.939)**	**(34.202)**

f) Custos de aquisição

	31/12/2025	**31/12/2024**
Comissão sobre prêmios emitidos	(14.457)	(15.560)
Variação de comissões diferidas	2.655	5.681
Total	**(11.802)**	**(9.879)**

g) Outras receitas e despesas operacionais

	31/12/2025	**31/12/2024**
Despesas com análise de riscos	(3.614)	(3.837)
Provisões cíveis	–	(351)
Despesas com cobrança	(4)	(15)
Outras receitas (despesas) com operações de seguros	–	(9)
Redução ao valor recuperável	7	(4)
Total	**(3.611)**	**(4.216)**

h) Resultado com resseguro

Receita com resseguro	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Indenizações de sinistros	21.063	26.451
Despesas com sinistros	230	531
Receitas com Participações em Lucros	1.231	1.807
Variação da provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	453	557
	22.977	**29.346**
Despesa com resseguro		
Prêmios de resseguro	(76.973)	(77.983)
Custo de aquisição	24.257	25.358
Provisão de prêmios não ganhos	12.406	24.502
Variação de comissões diferidas	(4.103)	(8.653)
Ressarcimentos	(1.616)	(2.415)
	(46.029)	**(39.191)**
Total	**(23.052)**	**(9.845)**

i) Despesas administrativas

	31/12/2025	**31/12/2024**
Despesas com pessoal próprio	(10.884)	(9.558)
Despesas com serviços de terceiros	(5.141)	(4.699)
Despesas com localização e funcionamento	(1.735)	(1.671)
Despesas com publicidade e propaganda	(125)	(106)
Despesas com publicações	(93)	(84)
Despesas com donativos e contribuições	(3)	(5)
Outras despesas administrativas	(1)	2
Outras - Convênio DPVAT	771	(123)
Total	**(17.211)**	**(16.244)**

j) Despesas com tributos

	31/12/2025	**31/12/2024**
COFINS	(1.877)	(1.770)
PIS/PASEP	(328)	(316)
Taxa de fiscalização SUSEP	(551)	(551)
Contribuição sindical	(55)	(58)
Outros tributos	(72)	(344)
Total	**(2.883)**	**(3.039)**

k) Resultado financeiro

Receitas Financeiras	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Receitas com títulos de renda fixa públicos	6.248	4.437
Receitas financeiras com operações de seguros	1.427	1.838
Receita de oscilação cambial	147	1.012
Outras receitas financeiras	217	137
	8.039	7.424
Despesas financeiras		
Despesas financeiras com seguros	(1.495)	(2.092)
Despesa de oscilação cambial	(917)	(282)
Outras despesas financeiras	(249)	(147)
	(2.661)	**(2.521)**
Total	**5.378**	**4.903**

20. Despesas de imposto de renda e contribuição social

	31/12/2025		**31/12/2024**	
	IRPJ	**CSLL**	**IRPJ**	**CSLL**
Resultado antes dos impostos	966	966	(1.455)	(1.455)
Equivalência patrimonial	(1.866)	(1.866)	(1.814)	(1.814)
Outras adições/exclusões	210	210	115	115
Base de cálculo do imposto de renda e contribuição social	(690)	(690)	(3.154)	(3.154)
Compensação de prej. fiscal e base negativa	–	–	–	–
Base de cálculo	(690)	(690)	(3.154)	(3.154)
Alíquota 15%	–	–	–	–
Adicional 10% para IRPJ (Acima de 240 mil)	–	–	–	–
Tributos calculados pelas alíquotas oficiais	–	–	–	–

A Seguradora em 31 de dezembro de 2025 possui créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais de imposto de renda e/ou de bases negativas de cálculo da contribuição social sobre o lucro, não registrados em seu balanço patrimonial, no valor de R$ 38.892 (R$ 38.202 em 2024) de prejuízos fiscais e de R$ 40.644 (R$ 39.954 em 2024) de bases negativas. A Seguradora até 31 de dezembro de 2025 não possuía estudo técnico elaborado demonstrando a probabilidade de ocorrência de lucros tributáveis futuros que permita o reconhecimento e realização dos mesmos, conforme estabelecido na Circular SUSEP 648/2021.

21. Partes relacionadas

A Administração considera como partes relacionadas às operações com CESCEBRASIL Serviços e Gestão de Riscos Ltda. - "Cesce Serviços", seus diretores e serviços compartilhados com a CIAC (Consórcio Internacional de Aseguradores de Crédito) em sua maior parte de pessoal e sistemas. A Seguradora compartilha com a sua controlada "Cesce Serviços" parte da estrutura operacional e administrativa, as despesas desse compartilhamento são originadas de acordo com critérios de rateio estabelecidos pela Administração. Adicionalmente a "Cesce Serviços" presta serviços de análise de crédito e monitoramento aos seus clientes. As principais transações envolvendo partes relacionadas na Seguradora estão descritas a seguir:

	31/12/2025 Ativo/ (Passivo)	**31/12/2024** Ativo/ (Passivo)	**31/12/2025** Receita/ (despesa)	**31/12/2024** Receita/ (despesa)
CESCEBRASIL Serviços e Gestão de Riscos Ltda. (nota 12)	(1.980)	(1.746)	(2.266)	(2.528)
CESCEBRASIL Serviços e Gestão de Riscos Ltda. - Dividendos a Receber (nota 9)	1.864	1.812	–	–
CIAC - Consórcio Internacional de Aseguradores de Crédito	–	–	(1.668)	(1.697)
Compañía Española de Seguros de Crédito a La Exportación, S.A. (*)	(3.635)	(3.330)	(4.474)	(3.459)
Munich RE (**)	(8.637)	(9.244)	(11.053)	(7.057)
Total	**(12.388)**	**(12.508)**	**(19.461)**	**(14.741)**

(*) Acionista Indireta, possuidora de 63,12% da CIAC (controladora da Seguradora). As transações envolvem operações de resseguros (com base nos prêmios diretos, líquidos da cessão de resseguro e da recuperação das comissões de resseguro, movimentos de sinistros e ressarcimentos recebidos). (**) Acionista Indireta, possuidora de 15,04% da CIAC (controladora da Seguradora). As transações envolvem operações de resseguros (com base nos prêmios diretos, líquidos da cessão de resseguro e da recuperação das comissões de resseguro, movimentos de sinistros e ressarcimentos recebidos).

i. Remuneração do pessoal-chave da Administração: Em atendimento ao CPC 33 - Benefícios a Empregados - e às disposições da Resolução CNSP nº 467, a Companhia informa que a remuneração e os benefícios de curto prazo concedidos às pessoas-chave da Administração totalizaram R$ 2.310 em 2025 (R$ 2.194 em 2024), abrangendo pró-labores e honorários, bônus e demais benefícios de natureza equivalente. A Companhia não possui planos de benefícios de longo prazo (ILP) ou remuneração baseada em ações destinados às pessoas-chave da Administração, não havendo, portanto, obrigações dessa natureza reconhecidas nas demonstrações financeiras. A Seguradora não patrocina planos de previdência complementar e não possui remuneração baseada em ações para o pessoal-chave da Administração.

22. Política de participação nos resultados

A Seguradora não possui uma política interna para o programa de participação nos lucros ou resultado de que trata a Lei nº 10.101/2000, e utiliza a regra conforme estabelecida na Convenção Coletiva de Trabalho específica sobre Participação dos Empregados nos Lucros ou Resultados das Empresas de Seguros Privados e de Capitalização em 2025, do Sindicato dos Securitários do Estado de São Paulo, cuja despesa é contabilizada na rubrica do resultado - Participações sobre o resultado.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Manuel Fernando Antunes Alves - Presidente
Jaime de Miguel Muñoz - Vice-Presidente
Rafael Garcia Sanz - Conselheiro
Alejandro Cabrera Roldan - Conselheiro

DIRETORIA

Cristina Rocco Salazar - Diretora-Presidente
Mario Yokoo Eguti - Diretor
Renata Schimmelpfeng Lage - Diretora

RESPONSÁVEL TÉCNICO

Ricardo César Pessoa
MIBA 1076

CONTADOR

Mario Yokoo Eguti
CRC 1SP253570/O-3

PARECER DOS AUDITORES ATUARIAIS INDEPENDENTES

Aos Conselheiros e Diretores da CESCEBRASIL Seguros de Garantias e Crédito S.A. Escopo da Auditoria: Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras, os demonstrativos do capital mínimo requerido, os valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, os créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, os indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e os limites de retenção da **CESCEBRASIL Seguros de Garantias e Crédito S.A.** "Seguradora", em 31 de dezembro de 2025, descritos no anexo I deste parecer, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP. **Responsabilidade da Administração:** A Administração da Seguradora é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo requerido, valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade da Auditoria Independente:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados, relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante. Em relação ao aspecto da Solvência, nossa responsabilidade está restrita a adequação dos demonstrativos da solvência, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e do capital mínimo requerido da Seguradora e não abrange uma opinião no que se refere as condições para fazer frente às suas obrigações correntes e ainda apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro. Uma auditoria atuarial independente envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras, dos demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da **CESCEBRASIL Seguros de Garantias e Crédito S.A.** são relevantes para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial. **Opinião:** Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras, os demonstrativos do capital mínimo requerido, os valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, os créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, os indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e os limites de retenção da **CESCEBRASIL Seguros de Garantias e Crédito S.A.** em 31 de dezembro de 2025 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pelos órgãos reguladores e pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. **Outros Assuntos:** No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Seguradora e utilizadas em nossa auditoria atuarial independente, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, em base de testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

continua

continuação

PARECER DOS AUDITORES ATUARIAIS INDEPENDENTES DA CESCEBRASIL SEGUROS DE GARANTIAS E CRÉDITO S.A.

ATUÁRIA Brasil
Assessoria, Consultoria e Auditoria

Porto Alegre, 24 de fevereiro de 2026.
Danielle Bellissimo Wilk - Atuária MIBA 2841
Atuária Brasil Assessoria, Consultoria e Auditoria Atuarial S/S Ltda. - CIBA 0087
CNPJ 06.114.280/0001-45 - Rua General Câmara nº 236, Conj. 601
Porto Alegre - RS

Anexo I ao parecer da Auditoria Atuarial Independente
CESCEBRASIL Seguros de Garantias e Crédito S.A.
(Em milhares de Reais)

1. Demonstrativo do Capital Mínimo Requerido	**31/12/2025**
Capital Base (a)	8.100
Capital de Risco (CR) (b)	8.734
Exigência de Capital (CMR) (máximo entre a e b)	8.734
2. Demonstrativo das provisões técnicas e ativos redutores auditados	**31/12/2025**
Provisões técnicas (c)	128.359
Ativos redutores (d)	103.842
Total a ser coberto (c - d)	24.517
3. Demonstrativo dos indicadores de Solvência Regulatória	**31/12/2025**
Patrimônio Líquido Ajustado - PLA nível 1	28.177
Patrimônio Líquido Ajustado - PLA nível 2	634
Patrimônio Líquido Ajustado - PLA nível 3	–
Patrimônio Líquido Ajustado - PLA total (e)	28.811
Exigência de Capital (CMR) (f)	8.734
Suficiência do PLA (e - f)	20.077
Ativos Garantidores (g)	42.628
Total a ser Coberto (h)	24.517
Suficiência dos Ativos Garantidores (g - h)	18.111
4. Ativos de resseguro totais e créditos com resseguradores (não redutores)	**31/12/2025**
Total de ativos de resseguro	77.241
Total de créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros	6.441
5. Demonstrativo dos limites de retenção	**31/12/2025**
Todos os ramos	1.347

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

Aos Conselheiros e Diretores da **CESCEBRASIL Seguros de Garantias e Crédito S.A. -** São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais da CESCEBRASIL Seguros de Garantias e Crédito S.A. ("Seguradora") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CESCEBRASIL Seguros de Garantias e Crédito S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais". Somos independentes em relação à Seguradora de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e o relatório dos auditores:** A Administração da Seguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Seguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Seguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião. - A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção das necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Seguradora, e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras. - Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria. - A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Seguradora. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Seguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Seguradora a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. - Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2026.

KPMG

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6

Érika Carvalho Ramos
Contadora - CRC 1SP224130/O-0

ESTADÃO RI

QUER RESULTADOS?
PUBLIQUE SEUS BALANÇOS E ATOS SOCIETÁRIOS NO ESTADÃO.

O veículo mais admirado por leitores qualificados e reconhecido pelo mercado publicitário em todo o território nacional.

PUBLICAÇÃO SIMULTÂNEA NA PLATAFORMA DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

CONSULTE NOSSA EQUIPE COMERCIAL:
(11) 3856-2442

ACESSE E CONHEÇA:

ESTADÃO | ESTADÃO RI | a rádio dos melhores ouvintes ELDORADO FM 107.3 | ESTADÃO BLUE STUDIO | AGÊNCIA ESTADO | broadcast

Fontes: Google Analytics dez/25 - Mídias Sociais – Seguidores e Inscritos Estadão WhatsApp, Facebook, TikTok, LinkedIn, Instagram, YouTube, Threads e X (Twitter) em 15/12/25 - Jornal: versões impresso e digital (pdf), Brasil e exterior (BDO - set/25)